

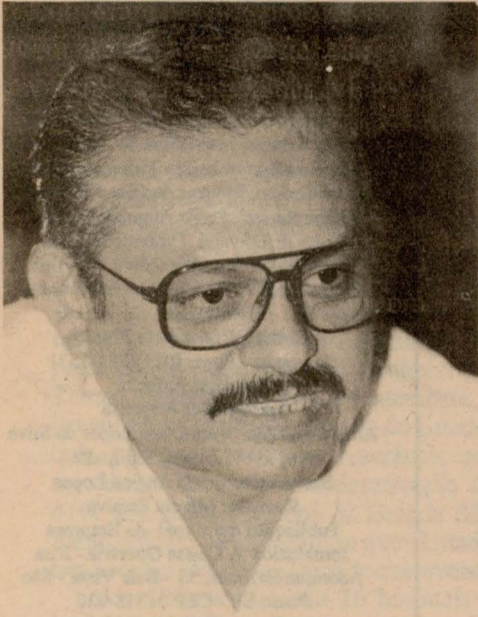


Defesa da UNE demarca campos

O Congresso da UNE, marcado para 9 a 13 de junho, em Goiânia, vai ser o enfrentamento entre os que defendem a entidade e os que querem dividi-la. É o que afirma o presidente da entidade, Lindbergh Farias.

PÁGINAS 8 e 9

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



LEANDRO SCHILPAKE

O deputado mexicano Juan Campos

México é exemplo que condena o neoliberalismo

PÁGINA 13

Caso Eliseu revela favores do poder às elites

PÁGINA 6



Dia 3 de junho os comunistas apresentam suas propostas na TV

Graves ameaças sobre a nação

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil examinou, em sua última reunião, a situação do país e destacou as graves ameaças que pesam sobre a nação, bem como as maquinações reacionárias das elites dirigentes contra as conquistas democráticas do povo.

Os golpes na democracia têm em vista reprimir as forças

nacionais e democráticas, os trabalhadores e as massas populares que não podem se conformar com a subjugação do Brasil pelos imperialistas e tampouco silenciar ante a situação de miséria, de fome e desemprego, das tremendas injustiças sociais que imperam no país.

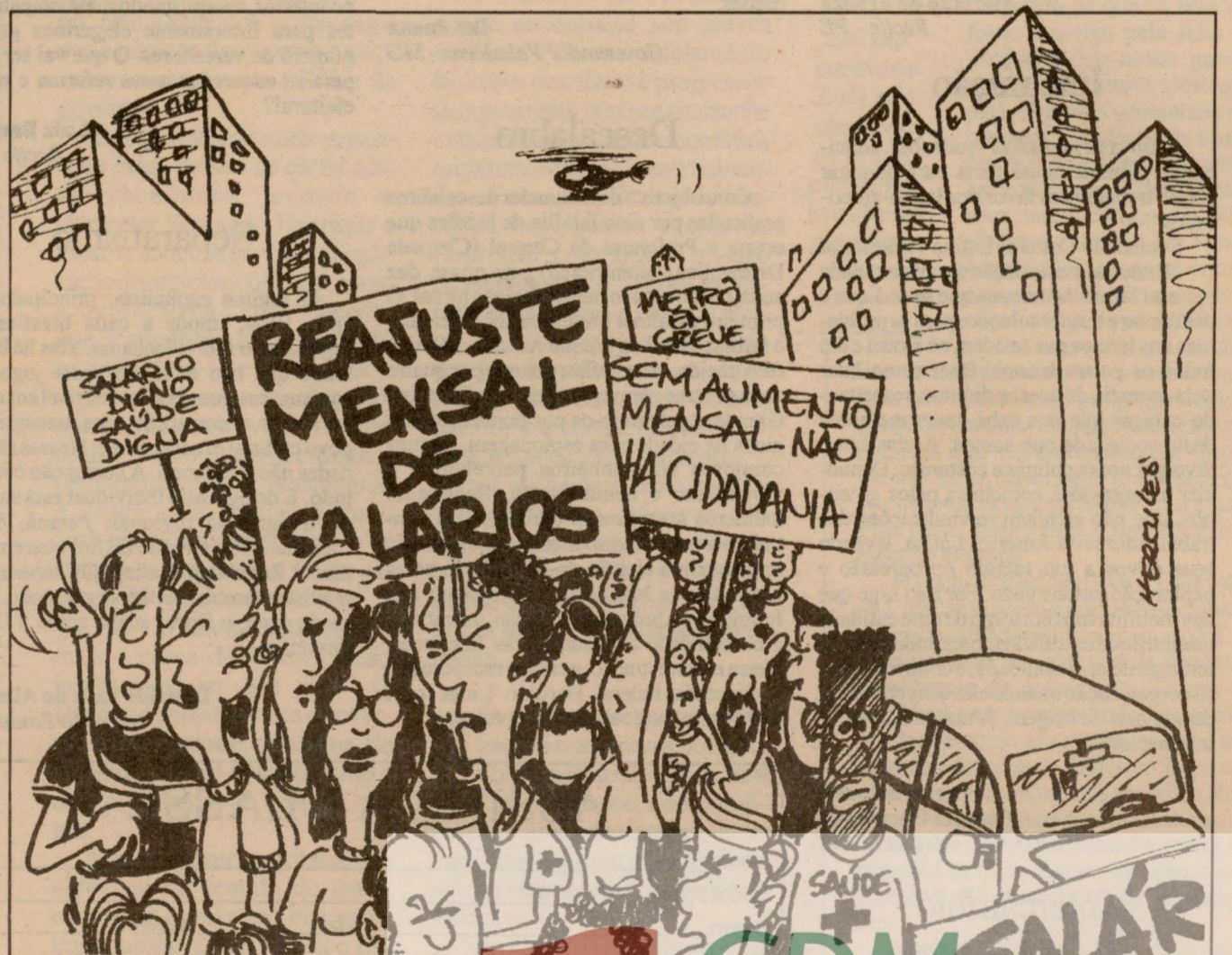
Face a tão graves ameaças e duras realidades, o

PCdoB conclama todos os democratas e patriotas, todos os trabalhadores a constituir juntos um poderoso movimento de resistência e luta em defesa dos interesses nacionais e da democracia, em favor de melhores condições de vida para as grandes massas da população abandonadas à própria sorte.

PÁGINAS 4 e 5

Trabalhadores pressionam por reajuste mensal

PÁGINA 10



CARTAS

Movimento negro

Desejo parabenizar a *Classe Operária* por estar enfocando em seus últimos números a problemática da raça negra. Para nós comunistas, que fazemos movimento negro, é valioso abrir a *Classe* e encontrar artigos que expressam a luta do povo negro e pobre, excluído dos meios de sobrevivência por um regime autoritário, antidemocrático e sobretudo racista como o nosso. Foi oportuno o artigo "Negros comunistas discutem o racismo", pois está mais que na hora do partido posicionar-se sobre o assunto e intervir na organização da negritude. Desejo contatar os camaradas que fazem movimento negro para troca de informações.

Robson Anselmo Santos
Nossa Senhora do Socorro - SE

Campesinato

Após mais de três décadas fora do trabalho junto ao movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco, o PCdoB retoma sua atuação neste segmento importante na luta de classes no estado. Dia 7 de março foi eleito ao conselho deliberativo da Fetape pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão o camarada Joel Mariano de França, integrante do Comitê Regional. Atuamos em dez sindicatos nas zonas da Mata, Agreste e Sertão. Em julho teremos congresso estadual da Fetape para renovar a diretoria e eleger delegados ao conselho da Contag. O partido participará com força pequena dentro da CUT, que busca aliança com os fetapeanos. A CUT no meio rural tem presença apenas da Articulação e CSC.

Joel Mariano de França
Recife - PE

Integração

Junto com afetuosas saudações, solicitamos publicar nossa carta para divulgar futuro trabalho em favor dos latino-americanos

Sociedade Cultural Latino-Americana "É necessária a criação de uma entidade cultural latino-americana que se dedique a denunciar e buscar soluções para os problemas dos latinos que residem no Brasil e em todos os países latinos. Bem como lutar pela garantia de nossos direitos, respeitando o lugar que nos cabe como membros desta sociedade que somos. Assim como divulgar nossa cultura e costumes. Denunciar as agressões cometidas pelos governos, que não atendem reivindicações dos trabalhadores da América Latina, levando seus povos a um estágio de opressão e exploração jamais visto. Por isso urge que nos mobilizemos em torno de uma entidade que unifique os trabalhadores, independentemente de nacionalidade, e contribua com sua organização quando eles estiverem fora de seu país de origem. A classe operária é internacional."

Carlos Schmidt
Patrício Hermosilla
Joinville - SC

Intercâmbio

Propomos intercâmbio entre seu jornal e o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST). Porém, gostaríamos que fosse com 22 exemplares mutuamente. Assim, nossas secretarias estaduais receberiam o *Classe Operária* e enviaremos o JST para as sedes regionais do PCdoB. Aproveitamos para parabenizá-los pela linha política sempre em defesa da classe trabalhadora. Estamos certos de que essa troca de infor-

mações contribuirá para o avanço das lutas dos trabalhadores rumo à sociedade socialista.

Romilda de Paula
Pela secretaria do JST - SP

Interessante

Quero renovar votos de satisfação em poder fazer parte dos leitores de um periódico tão interessante e importante para a formação de uma visão diferente e crítica dos fatos que nos rodeiam e dizem respeito a todos nós, que vocês sabem abordar muito bem.

Gerson Alexandre Horst Nagel
Augusto Pestana - RS

Lamentável

É lamentável o ocorrido dia 4 de maio na paralisação nacional convocada pela UNE, em que setores irresponsáveis da Democracia Socialista (facção petista) tentaram sabotar a maior prova de força do movimento estudantil dos últimos anos. Repudiamos essa corja de oportunistas que, com a proximidade do congresso da UNE, armam-se de propostas demagógicas e sujas, difamam o tesoureiro da entidade e provocam arruaças (táticas já conhecidas desse partidinho). Visam desestabilizar o movimento estudantil, lapidado com inteligência e dedicação por Lindbergh Farias. Também repudiamos a política do ministro da Educação. Se o presidente Itamar não tomar medidas contra os donos dos "supermercados escolares" voltaremos às ruas com mais força. Em Valadares o movimento levou mais de 500 pessoas às ruas e agregou outros pontos à pauta de reivindicações.

Iko Jnana
Governador Valadares - MG

Descalabro

Com objetivo de denunciar descabros praticados por uma família de ladrões que ocupa a Prefeitura de Central (Chapada Diamantina Setentrional) por quase dez anos, busco espaço neste corajoso jornal. O primeiro assalto à prefeitura foi do cigano e farmacêutico de araque Arnaldo Martins de Almeida, que chefou o bando por quatro anos e trouxe vários pistoleiros de Campina Grande espalhando-os por pontos estratégicos da cidade para espionagem. Alguns corajosos companheiros perceberam o movimento e denunciaram. Resultado: inúmeros assassinatos bárbaros. Os centralenses respiraram por quatro anos quando impuseram a eleição do tabelião de notas Elson Nunes Machado, que, mesmo não fazendo uma boa administração, incentivou a comunidade a denunciar as falcaturas. Nessa administração, a cidade recebeu o deputado federal Haroldo Lima, que, posteriormente, recebeu 330 votos.

O irmão do cigano ocupou a Prefeitura pela segunda vez e dilapidou seu patrimônio. Administrou com violência jamais vista e foi recordista de ligação de trompas no interior baiano e por tal foi condecorado no Palácio de Ondina pelo governador Toninho Ternura. O último assalto foi do agrônomo José Orlando Almeida. Ele afirma que "ser prefeito é gostoso, se não fosse não o seria". Quando procurado para resolver algum problema, responde com simpatia de Judas: "Este problema só quem pode resolver é o painho e ele se encontra na fazenda de baixa funda". No momento a única alternativa que temos é denunciar. Futuramente confiscaremos seus bens e os colocaremos na cadeia.

Janis Joplin
Central - BA

Interiorizar

Permitam-me com o máximo respeito pedir e oferecer sugestões para a luta contra a direita que domina nosso país há centenas de anos. Fala-se muito em nova lei eleitoral e reforma da Constituição. Acho que a esquerda progressista deveria dialogar civilizadamente sobre uma tática para desmantelar a máquina dos conservadores. Deveria haver uma grande reunião de lideranças partidárias e outros segmentos sociais para discutir e, com mais rapidez, decolar das capitais e grandes cidades para os municípios do interior brasileiro. Em ocasiões mais difíceis companheiros partiram de armas na mão, coragem e heroísmo para fazer guerrilhas sem certeza da volta. Agora que temos espaço no interior, clamando para fazer reforma agrária (que não é tarefa fácil), parece-me que as esquerdas estão acomodadas nas capitais e grandes cidades. Temos que atacar o latifúndio no coração, no interior, conquistando mais simpatizantes para futuramente elegermos grande número de vereadores. O que vai ser bom para as esquerdas nessa reforma e na lei eleitoral?

Luiz Barbosa
Recife - PE

Separatismo

O regime capitalista, principalmente após 1964, impôs a cada brasileiro o egoísmo, o individualismo. Mas há brasileiros que não entraram nesse jogo. Do egoísmo surgiu essa coisa horrível aos olhos de todos: a corrupção, que transgride o povo cultural e moralmente. Nossas autoridades não têm moral. A corrupção compra tudo. E do egoísmo individual está surgindo o egoísmo regional: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul querem formar a República Platina. Os separatistas paulistas também estão se reunindo. Se a moda pega, o Brasil acaba como a União Soviética.

Donaldo Luiz de Almeida
São Paulo - SP



Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermano Toni, Guiomara Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy
Colaboradores:
Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins
Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe
Diagramação: Vinicius Antonio Zanetti Garcia

Composição e Arte Final:
Compuart - Fone: (011) 251-1571
Fotolito: Enfocke
Impressão: Artgraph
Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva
Arquivo: Leandro Shilipake
Secretaria: Sílvia Regina Lopes
Revisão: Márcia Saraiva
Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020
Fone: (011) 34-4140
Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB
ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 -
ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 -
AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Carlos Gomes, 873 - Centro - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014
MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 -
MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 229-5200 - PARAIIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____ Profissão _____
Data _____ / _____ / _____

Assinatura anual: Cr\$ 600.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 300.000,00
Assinatura trimestral: Cr\$ 150.000,00
Assinatura anual de apoio: Cr\$ 600.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 300.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 150.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinatura de *A Classe Operária*. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412

Opinião

Governo abandona
saúde pública

JAMIL MURAD

Deputado estadual pelo PCdoB-SP

O Brasil aplica uma ninharia em saúde. Apenas 1% do PIB, quando o Japão aplica 10%. A partir do governo Collor diminuiu de 13 para 8 bilhões de dólares a verba do Ministério da Saúde. Pior é que a maior parte dessa verba vai para a medicina comercial em detrimento do serviço público e gratuito de saúde.

No Estado de São Paulo aumentou dramaticamente a necessidade do serviço gratuito de saúde porque só na Grande São Paulo há 1,3 milhão de desempregados, um arrocho salarial brutal e milhões de pessoas que fazem *bico* para sobreviver. Temos denunciado permanentemente a irresponsabilidade do governo do Estado, que, por pagar salários miseráveis aos servidores, levou a uma desativação de 41% dos leitos públicos da Grande São Paulo. Isto numa situação em que o Estado tem apenas metade dos leitos de que precisa.

Nos últimos dias são 26 hospitais e institutos sem funcionamento e mais de 30 mil trabalhadores paralisados em virtude da baixa remuneração. Fleury tem sido conivente com o desmonte e privatização sorrateira e contínua dos serviços públicos de saúde, deixando o povo sem assistência. O governo transgride o direito de todos serem assistidos, justamente num período em que os trabalhadores ou estão desempregados ou bem mais empobrecidos. Exatamente quando ficam mais desnutridos e doentes. É justificável, portanto, o grande movimento grevista no setor.

Os profissionais, além de exigir salários, querem condições mínimas para atender o povo. Fleury, em vez da atitude de redimensionar as despesas e priorizar as necessidades do povo, volta ao período de quartel e ameaça demitir os grevistas. É a arma dos que ignoram o direito constitucional de greve. Além disso, acusa os trabalhadores de omissão de socorro.

Será que essas lições foram ministradas por professores do FMI na sua recente viagem à metrópole? Mas ele ignora que o Brasil tem de ser um país soberano, seus

dirigentes não podem ser governados a partir de Washington. A multinacional americana *Health Care* comprou a medicina de grupo Amico, que, junto com a Federação dos Hospitais, dita as normas e dirige a nomeação de secretários de Saúde e a direção do sistema público de saúde. Parece uma aberração Fleury não ter dinheiro para pagar salários mas tê-lo para contratar empresas comerciais de saúde. Não é aberração, porque ele se posiciona como governador das elites, contra os interesses do povo.

Há omissão de socorro, sim. Mas do governador. É um crime condenável, já que mata lentamente milhares de brasileiros. Os concursos não conseguem preencher as vagas exatamente porque o governo insiste em pagar salários de fome. Se o governador ganhasse o que ganha um médico ou auxiliar de enfermagem abandonaria o serviço e o povo morreria à míngua, sem assistência.

Ainda há um mínimo de assistência graças ao humanismo dos profissionais que fazem parte desse povo digno, trabalhador e patriótico que tem sustentado o funcionamento do país.

Os profissionais de saúde exigem melhores salários e condições mínimas para atender o povo



Balança, mas não cai

A pesar dos fortes indícios de favorecimento do ministro da Fazenda, Eliseu Resende, à empreiteira Norberto Odebrecht, ele passou pelo "teste" no Senado e permaneceu no cargo com o apoio do presidente Itamar Franco. O caso Eliseu/Odebrecht reaviva na opinião pública os fantasmas da corrupção que rondaram assustadoramente o governo collorido. Não é à toa que ocupa páginas e páginas dos jornais e ataca como nunca a crise política do governo.

O imperialismo norte-americano exige provas de estabilidade econômica levando o chanceler Fernando Henrique a mostrar solícitos serviços na aplicação do projeto neoliberal, como a aprovação da Lei de Patentes, que, segundo ele, atende em 95% os interesses americanos. Já o representante-mor das elites dominantes, o conservador *O Estado de S. Paulo*, lamenta em editorial a inquietude de Washington e exige que Itamar Franco "reformule seu Ministério e se cerque de pessoas que sejam capazes de inspirar confiança" e diz que "o Brasil não suporta mais o clima de desintegração institucional em que vive". O fato é que em oito meses o governo já teve quatro ministros da Fazenda, três do Planejamento e dois presidentes do Banco Central.

Mas enquanto a gritaria das elites vai no sentido de tentar enquadrar Itamar nos interesses imperialistas e de reformar o Estado tornando-o mais elitista e antidemocrático, o PCdoB e entidades da sociedade civil, como a CNBB, SBPC, UNE e outras de feição progressista se unem contra as investidas antinacionais como a Lei de Patentes, o aceleramento das privatizações e

contra as reformas políticas restritivas. Em sua 31ª Assembléia encerrada em Itaici, no último dia 7 de maio, a CNBB aprovou moção "Em defesa da Constituição", afirmando que uma revisão ampla e precipitada colocaria em risco o Estado de Direito. Nessa mesma data o Comitê Central do PCdoB iniciava sua reunião que se estendeu até o dia 9 de maio, onde constatou que a nação brasileira encontra-se sob graves ameaças. Fez uma conclamação às forças populares e progressistas a se unirem contra a avalanche antinacional e antidemocrática arquitetada pelas elites dominantes em consonância com os interesses imperialistas e aprovou resolução contrária à revisão constitucional. A voz dos militares também veio a público através de manifesto assinado pelo tenente-brigadeiro-do-ar, Ivan Moacyr da Frota, onde afirma, entre outras coisas, de que é passada a época das quarteladas e golpes militares e alerta para os "maquiavélicos objetivos" do imperialismo internacional de enfraquecimento das Forças Armadas tornando os países secundários presas fáceis de seus interesses.

Nas ruas, crescem as mobilizações e as greves por uma política salarial justa. E até a CUT, que se encontrava imobilizada por uma crise interna, lança uma campanha por reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação.

São sinais da resistência contra as consequências nefastas que passam a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Resta-lhes a única alternativa da luta, pois não têm muito a perder, senão o inferno das dificuldades de vida e da ameaça de ver as riquezas de sua pátria alienadas.

A caravana
da encruzilhada

JÓ MORAES

Presidente do PCdoB - MG

Como parte de sua campanha eleitoral para 94, Lula enfrentou, em uma semana, os contraditórios cenários de Washington, capital norte-americana e de Canapi, Xingó e outras cidades do sertão nordestino.

Na primeira parada, seus interlocutores eram os representantes do Congresso e do Executivo norte-americano, como o Departamento do Tesouro e o Escritório de Comércio Exterior da Casa Branca. Em pauta, entre outros temas, a posição de Lula sobre patentes, acordo da dívida externa e a política de abertura comercial iniciada por Collor. Ao final dos debates, elogios a "modernização" da esquerda.

Na parada seguinte, percurso realizado pela Caravana da Cidadania, Lula estabelecia contato com algumas das principais vítimas da política gerada nos escritórios de Washington.

O objetivo pretendido com tal Caravana era o de "transformar a fome num problema político", segundo o presidente do PT. O que se viu, ao longo dos 2.600 quilômetros percorridos pela Caravana, foram as propagandas eleitorais e as mensagens messiânicas como a de que "a bandeira vermelha do PT é o sangue de Jesus".

A formulação política mais repetida nos discursos de Lula, realizados nas 48 cidades visitadas, era a de que "a seca e a fome ocorrem pela falta de vergonha dos nossos governantes". Nenhum destaque para os graves problemas estruturais geradores da fome. Nenhuma denúncia da política de extorsão aplicada pelos seus interlocutores de Washington, através do Fundo Monetário Internacional, cujos efeitos devastadores vêm levando o país à falência.

A fome nesse país é uma dramática realidade que deve ser enfrentada não apenas com programas emergenciais, mas sobretudo com um projeto nacional que una o conjunto das forças democráticas desse país. E que seja capaz de levar as massas exploradas à luta. Fora disso, resta a pura e simples manipulação eleitoral.

A visita a Washington e a Caravana da Cidadania põem a nu, simbolicamente a encruzilhada política em que o PT se encontra hoje na tentativa de chegar à presidência da República. Tornar-se confiável para o capital internacional e manter-se como alternativa para os explorados desse país. Objetivo impossível. A saúde econômica e social do Brasil e de seu povo passa pelo enfrentamento do modelo neoliberal causador maior da recessão, da fome, do desemprego, cujos mentores são os senhores de Washington.

Nessa sua trajetória Lula deve estar atento ao Brasil urbano e a seus possíveis eleitores conscientes das grandes cidades que repudiam a mistificação religiosa usada por seu adversário na campanha de 89. O atraso político das populações interioranas e para ser enfrentado e não reforçado com pseudos apelos messiânicos.

Em sua caravana Lula não destacou os graves problemas estruturais geradores da fome

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

RESOLUÇÃO

Sobre o resultado
do Plebiscito

1 - O resultado do Plebiscito de 21 de abril, realizado em clima de apatia política, desinformação e dispersão das forças democráticas e progressistas, não surpreendeu. Na opção sobre forma de governo prevaleceu a República, com 66% dos sufrágios contra 10,2% para a Monarquia. Um evidente repúdio à tentativa de restaurar um regime retrógrado que nada tem a ver com as tradições nacionais. Na escolha entre Presidencialismo e Parlamentarismo, venceu o sistema de governo presidencialista, com 55% dos votos, contra 24,6% para o Parlamentarismo. Fato saliente foi o elevado índice de abstenções, votos nulos e em branco, perfazendo 45,6% do eleitorado, revelando que parcela ponderável do povo brasileiro não foi sensibilizada pela disputa. Com a vitória do Presidencialismo, mantém-se um sistema de governo historicamente ultrapassado, distanciado do povo, comprovadamente antidemocrático. Perdeu-se uma oportunidade para adotar um sistema mais flexível e democrático, que abrisse canais de participação popular no governo do país.

2 - O Partido Comunista do Brasil, coerente com a posição assumida desde a Constituinte de 1987/88, defendeu a mudança do sistema de governo e a implantação do Parlamentarismo *democrático*. Criticou severamente o Presidencialismo, assim como o Parlamentarismo *conservador* defendido por setores de direita que empalmaram a direção da campanha parlamentarista.

Preconizou a unidade das forças progressistas e, com independência, alertou o povo brasileiro para o fato de que no seu desenvolvimento, a campanha parlamentarista acabou transformando-se numa alavanca para promover a reestruturação conservadora do Estado através de reformas políticas e eleitorais de caráter reacionário, consubstanciadas no projeto de lei dos partidos políticos e de nova legislação eleitoral. Durante a campanha plebiscitária, os comunistas defenderam o aprofundamento da democracia no país, único caminho capaz de fazer do povo brasileiro senhor dos destinos da nação e para reconstruir as instituições políticas com sentido progressista.

3 - A derrota do Parlamentarismo foi a decorrência lógica do caráter atrasado e conservador que a campanha por esse sistema assumiu. As forças de esquerda e centro-esquerda se dividiram, ficando a maior parte delas do lado presidencialista, o que impossibilitou a formação de um movimento unitário pelo Parlamentarismo *democrático*. A campanha da Frente Parlamentarista foi monopolizada pela direita, com o predomínio de figuras como Paulo Maluf, Delfim Netto, Luís Medeiros e os oligarcas da Fiesp. Em meio à desinformação da propaganda televisiva, a idéia transmitida para o povo foi a identificação do Parlamentarismo com o conservadorismo. Deriva disso sua rejeição por tão larga margem de votos.

São Paulo, 9 de maio de 1993.
O Comitê Central do PCdoB

Defesa conseqüente do Brasil

ANA MARIA ROCHA
Membro do CC do PCdoB

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil reuniu-se em São Paulo nos dias 7, 8 e 9 de maio. A reunião debateu o contexto internacional de avanço da direita, sem que haja ainda uma maior resistência das forças democráticas e progressistas. Exemplo disso foram as eleições na França onde a direita teve 40% dos votos e conseguiu 80% das cadeiras no parlamento devido ao sistema de voto distrital. As forças da reação também marcaram um tento na URSS com o resultado do plebiscito favorável a Yeltsin, apesar das crescentes manifestações de repúdio a seu governo, como a ocorrida no 1º de maio último. Na África do Sul, a diretoria partiu para a eliminação física do líder comunista, Chris Hani, que junto com Nelson Mandela liderava a resistência anti apartheid.

As ameaças dos EUA à Coréia do Norte também se incluem nos marcos do avanço da direita, que acarreta golpes na democracia e representa uma ameaça à soberania das nações.

Nação ameaçada

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, que abriu o debate sobre a situação política, destacou que a realidade internacional tem seus reflexos no Brasil, ameaçado pelas tentativas de aplicação do plano neoliberal, corrida disparada com o governo Collor.

Hoje, depois do impeachment, o governo Itamar que demonstrou interesse em brevar a implementação desse plano, encontra-se fraco e sem base de apoio no Congresso, entra no terreno da cedência diante das pressões cada vez mais poderosas. O plano econômico apresentado, por sua vez, favorece o capital estrangeiro, garante o processo da privatizações, tirando o poder do estado, prioriza a agricultura e reforça o processo de desmonte da indústria nacional.

Com a exata dimensão das ameaças que pairam sobre a nação brasileira, é que o PCdoB tem se colocado na linha de frente das mobilizações que têm ocorrido contra as privatizações, contra a aprovação da Lei de Patentes, contra o abusivo aumento das mensalidades escolares, por uma política salarial justa. Ganha consciência da necessidade de aglutinar as forças democráticas e populares para barrar as reformas políticas antidemocráticas, as ameaças à soberania nacional e contra as investidas contra o bolso dos trabalhadores. Nesse sentido, aprovou resoluções políticas de elevado significado (vide texto ao lado).



Aldo Rebelo fala sobre Lei de Patentes na reunião do Comitê Central

Fortalecer o partido

A reunião do Comitê Central do PCdoB avaliou que mais do que nunca torna-se necessário ampliar as fileiras partidárias e fortalecer os ideais revolucionários e a ação política junto às massas populares e as forças progressistas, como garantia da defesa conseqüente da nação brasileira e seu futuro independente e voltado para os interesses de seu povo. E justamente por essa ação conseqüente, o PCdoB é um dos principais alvos das elites reacionárias em suas reformas restritivas e em suas ações antidemocráticas. A reunião alertou para a importância das Convenções partidárias que começam a partir de julho. Elas são a garantia para o registro legal do PCdoB.

E este é um fato da mais alta importância política, no momento em que as elites investem contra a existência de partidos como o PCdoB. A reunião da direção nacional apontou a necessidade de transformar as Convenções em atos políticos pelo fortalecimento do PCdoB. (Vide matéria nesta edição à pag. 15 do Secretário de Organização, Ronald Freitas).

Outra decisão da reunião que seguramente fortalecerá a direção e a atuação do PCdoB foi a indicação de Pedro de Oliveira para membro efetivo do Comitê Central e como Secretário Nacional de Agitação e Propaganda. O companheiro Pedrinho tem larga experiência nessa área, tendo sido Secretário de Agitação em São Paulo e já atuava nos últimos anos com Rogério Lustosa na Comissão Nacional de Agitação e Propaganda. Outra importante indicação foi a de José Reinaldo Carvalho para Secretário de Relações Internacionais do PCdoB. Reinaldo já vem há algum tempo participando de atividades junto a outros partidos revolucionários. Com essas duas indicações, o Secretariado Nacional do partido é fortalecido para en-

frentar os desafios postos na realidade brasileira.

Mês da imprensa

A reunião do Comitê Central também aprovou a iniciativa de dedicar o mês de maio para a realização de iniciativas políticas e de finanças visando o fortalecimento do órgão central do PCdoB, o jornal *A Classe Operária*. Essa a melhor forma encontrada para comemorar o aniversário desse periódico que fez 68 anos no dia 1º de maio e que vem acompanhando a trajetória de lutas do PCdoB em prol do socialismo. O objetivo da campanha é em primeiro lugar elevar o nível de consciência do coletivo partidário sobre o papel de *A Classe Operária* na unificação da ação política do PCdoB, sendo um referencial decisivo para a discussão política no coletivo partidário. O outro é criar uma infra-estrutura material, que permita melhorar o projeto gráfico e aprimorar sua linha editorial com matérias mais vivas, analíticas, que contribuam para elevar a consciência socialista e o nível político e ideológico. Para que a campanha se concretize ficou a indicação para que cada Comitê Regional programe uma atividade em seu estado no mês de maio e comunique à redação do jornal o nome do correspondente, que terá o compromisso de mandar matérias e informações de seu estado. A edição do jornal com um novo projeto gráfico deverá circular em junho.

Ação de massas

A plenária dos dirigentes comunistas destacou a importância da ação de massas sob influência do partido no sentido de barrar o plano neoliberal no Brasil. Ressaltou a importância que assume a realização do Congresso da UNE em junho, que deve ser encarado como um fato de alta significação política, motivo de atenção e acompanhamento dos Comitês Regionais.

Aprovou ainda a necessidade de combater a discriminação da mãe trabalhadora, que sofre dobrado o peso da crise econômica e social. No dia das mães, em que foi realizada a reunião do seu Comitê Central, o PCdoB assumiu o compromisso de intensificar a luta pela igualdade de direito no acesso e permanência no mercado de trabalho e para que a sociedade assuma a maternidade como função social.

Comunicado

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil comunica a todos os militantes, simpatizantes e amigos do PCdoB que o antigo membro da Direção Nacional do Partido, Dyneas

Aguiar, solicitou por carta à Comissão Política seu afastamento em caráter irrevogável do Comitê Central, da Comissão Política, do Secretariado e das Frentes de Massas que orientava.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

NOTAS DO COMITÊ CENTRAL DO PCdoB

Graves ameaças pesam sobre a nação

Em sua última reunião, de 7 a 9 de maio, o Comitê Central do PC do B examinou a situação do país e destacou as graves ameaças que pesam sobre a nação, bem como as maquinacões reacionárias das elites dirigentes contra as conquistas democráticas do povo.

Aceleram-se medidas que atingem seriamente a soberania nacional. Privatizam-se empresas estatais que constituem base fundamental do desenvolvimento independente do país. Entregam-se essas empresas a grupos privados por preços irrisórios, dilapidando o patrimônio público. Agora, as privatizações atingem também o setor da energia elétrica de caráter estratégico, ao mesmo tempo que se permite aos investidores estrangeiros adquirirem o completo controle do capital das empresas leiloadas. A indústria brasileira encontra-se num processo de rápido sucateamento, com a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às importações abusivas. A aprovação, no Congresso, da lei das Patentes, ainda que amenizados alguns dos seus aspectos nocivos, é um atentado gravíssimo aos interesses nacionais e ao futuro do Brasil, como nação independente. O Estado Nacional vai perdendo força ao alienar-se do papel que lhe cabe como impulsionador da

economia do país. Os imperialistas tramam de solapar os alicerces da soberania nacional. Estimulam o separatismo, articulam tribos indígenas amazônicas contra sua permanente integração no território nacional. Incentivam o enfraquecimento das Forças Armadas como instrumento de Defesa Nacional, tentando atribuir-lhes meras funções de caráter policial ou para-militar. As elites dirigentes do país, em grande parte, participam dessa conspiração atentatória aos sagrados interesses da nação brasileira.

Estão em marcha, também, planos concretos de sérias restrições às conquistas democráticas obtidas em duras lutas. As reformas que vêm sendo anunciadas por destacados dirigentes políticos representantes de todos os matizes das classes conservadoras visam restringir mais ainda os direitos de cidadania e a participação do povo na vida pública. Pretendem elitizar, no mais alto grau, a direção política do país, impedir que os trabalhadores e as massas populares tenham vez e voz nos fóruns institucionais, alijá-los da participação, direta ou indireta, nos órgãos de poder.

A lei orgânica dos partidos políticos e a reforma da lei eleitoral, tramitando no Congresso, visam esses objetivos. Querem liquidar os partidos po-

líticos democráticos e progressistas mais ligados ao povo, como o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Verde e muitos outros. Haverá espaço somente para 6 ou 8 partidos políticos, para aqueles que representem, em geral, os interesses das classes dominantes ou se ajustem, submissos, às posições conservadoras das elites que dominam o Brasil. Querem, também, liquidar o atual sistema do voto proporcional e introduzir o voto distrital ou distrital misto. Distrital ou distrital misto é o voto de curral eleitoral, onde predomina o poder econômico e a supremacia dos caciques políticos regionais. Aplicado esse sistema de votação, profundamente antidemocrático, o Congresso e as Assembléias Legislativas transformar-se-ão em redutos fechados das forças conservadoras e reacionárias.

Forças que, na direção absoluta dos órgãos de poder, têm conduzido nossa pátria à situação calamitosa em que se encontra, cada vez mais dependente dos interesses estrangeiros imperialistas.

Os planos antinacionais e antidemocráticos das classes dominantes inserem-se também na pretendida revisão da Constituição de 1988.

Os golpes na democracia têm em vista reprimir as forças nacionais e

democráticas, os trabalhadores e as massas populares que não podem se conformar com a subjugação do Brasil pelos imperialistas, pela oligarquia financeira internacional, e tampouco silenciar ante a situação de miséria, de fome, de desemprego, das tremendas injustiças sociais que imperam no país.

Face a tão graves ameaças e duras realidades, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conclama todos os democratas e patriotas, todos os trabalhadores, os jovens e as mulheres, os políticos honestos, a intelectualidade, os religiosos solidários com as lutas do povo, os que defendem as fronteiras nacionais para constituirmos juntos um poderoso movimento de resistência e luta em defesa dos interesses nacionais e da democracia, em favor de melhores condições de vida para as grandes massas da população abandonadas à própria sorte. É o momento de fazermos intensa campanha contra todas as medidas que afetem os interesses nacionais, contra as tentativas de redução antidemocrática dos partidos políticos, contra a adoção do sistema elitista do voto distrital ou distrital misto, contra também a revisão reacionária da Carta de 88. Forjemos, juntos, uma grande frente nacional e democrática para se opor conseqüentemente às graves ameaças que pesam sobre a nossa pátria.

Não à Revisão Constitucional

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, alerta o povo brasileiro para a tentativa dos setores conservadores de golpear as conquistas democráticas, nacionais e sociais do povo brasileiro através da revisão constitucional.

Sob a falsa alegação de que a Constituição estaria ultrapassada e de que seria um obstáculo ao desenvolvimento do País à sua estabilidade política, o que pretendem, na verdade, é o desmonte do Estado Nacional e sua reestruturação conservadora, de conformidade com os planos imperialistas no quadro da chamada nova ordem mundial. Programa-se abertura completa da economia nacional aos capitais internacionais; a liquidação do monopólio estatal do petróleo; a abertura da exploração mineral às empresas estrangeiras e a retirada do Estado de qualquer atividade econômica para melhor assegurar o domínio do País pelas empresas multinacionais. Objetivam, ainda, golpear as conquistas sociais, tais como a garantia do emprego, o piso salarial, a aposentadoria, o aviso prévio proporcional, além de outros direitos.

A fim de remover as resistências à



implantação do modelo neoliberal e plasmar em Estado com feição e conteúdo autoritário e conservador, as elites pretendem impor reformas políticas para restringir ainda mais a participação dos trabalhadores na vida política do País.

Na Constituinte de 1987/88, o Centrão tentou aprovar esses dispositivos, impedido no seu intento pela pressão da mobilização popular e pela ação de parlamentares democráticos e progressistas, entre eles os comunistas, nos trabalhos da Assembléia. Agora, utilizando-se de um Congresso ainda mais conservador, procuram conferir-lhe poderes constituintes para, sob

o pretexto de revisão, elaborar uma nova Constituição contrária aos interesses nacionais e populares.

Por tudo isso, é necessário dizer Não à revisão constitucional.

Ela é parte de um projeto das classes dominantes para implantar no País o modelo neoliberal, mascarando as reais causas da inflação, da recessão, da fome, do desemprego, dos baixos salários e da concentração de rendas que caracterizam a desesperadora realidade brasileira.

O PCdoB defende a necessidade de aprofundar a democracia no País, colocando o Estado a serviço do desenvolvimento nacional independente, retirando-o do controle e do domínio das oligarquias que deformaram o seu papel.

Ao denunciar energeticamente a revisão constitucional, o PCdoB propõe a união de amplas forças sociais e políticas num movimento em defesa da democracia, das conquistas sociais e da nação ameaçada. O povo brasileiro foi às ruas contra Collor de Mello e deve a elas retornar em defesa de um projeto que resguarde os interesses da Nação.

Sobre o Programa do PCdoB

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil comunica o adiamento da Conferência Nacional Extraordinária convocada pelo 8º Congresso para aprovar o programa socialista do Partido e prestar contas da atividade que está desempenhando com este fim.

Imediatamente após a realização do 8º Congresso, o Comitê Central designou uma Comissão Especial para a elaboração do anteprojeto de Programa, trabalho sem precedentes e de enorme complexidade. Depois de aprofundados estudos e debates em várias reuniões, a Comissão Especial obteve os elementos necessários para a redação do anteprojeto, que está em sua fase final. Este anteprojeto será encaminhado à discussão na próxima reunião do Comitê Central, que decidirá sobre a abertura dos debates em todo o Partido e sobre a data da Conferência.

A experiência mostrou que o prazo de 1 ano para a elaboração do programa era exíguo, não somente devido à complexidade de tal tarefa, mas também à diversidade e intensidade do trabalho prático da direção num quadro político nacional e internacional em permanente ebulição. Há necessidade de maior debate nas fileiras partidárias, para que a elaboração do programa seja obra coletiva, o que impõe um prazo mais elástico.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Brado de alerta à nação

“Os países ricos (Grupo dos Sete ou G-7) prosseguem na implantação da sua 'nova ordem mundial', filosofia esta que divide as nações em dois grupos - 'principais e secundárias' - onde estas últimas são condenadas ao permanente subdesenvolvimento, a fim de não despontarem como eventuais ameaças de competição no cenário econômico internacional... Os países 'principais' continuam intervindo com seu devastador poderio militar contra os indefesos governos e populações dos países 'secundários', cuja única culpa é a de lutar por fazer valer seu legítimo e irrenunciável direito de poder decidir pelos destinos dos seus próprios países”.

Poderá parecer estranho mas essas são algumas passagens do Manifesto do tenente-brigadeiro-do-ar Ivan Frota, “Um brado de alerta à nação e um apelo aos cidadãos dignos deste país!” divulgado na última quarta-feira, 13 de maio.

O que estaria levando um militar da ativa, de alta patente e ocupante de destacado posto de comando a alertar os brasileiros dignos contra “os interesses internacionais, de feição nitidamente colonialista”? É que alguns setores das Forças Armadas vão enxergando e se opondo aos planos alienígenas de destruir a instituição militar, transformando-a em polícia para o combate ao narcotráfico ou algo que o valha. Segundo os “irmãos” do norte não há porque as Forças Armadas dos países “secundários” se preocuparem com a defesa da soberania de seus países, pois não há conflito eminente. Em caso de ameaça maior eles viriam em nosso socorro...

Segundo o brigadeiro Frota a instituição militar das nações “secundárias” passa a ser alvo dessa estratégia do poder colonialista internacional porque elas podem se contrapor à manobra de submeter seus países ao “papel de fontes de reserva estratégica dos países ‘principais’ e simples mercados consumidores ou fornecedores de matéria-prima e de serviços de menor qualificação”. No caso de nosso país alerta o brigadeiro: “a Amazônia brasileira poderá tornar-se o próximo alvo (depois do Oriente Médio e do Leste europeu) dessa voraz e insaciável estratégia de dominação”.

O curioso é que, na mesma semana em que o militar divulgou seu manifesto, o embaixador dos EUA no Brasil, Richard Melton “visitou” o presidente do Congresso Nacional externando sua “preocupação” quanto às restrições à Lei de Patentes e o Sr. Adolph Poenick, presidente da seção americana do Conselho Brasil-Estados Unidos, em reunião com empresários e seus representantes no Congresso Nacional, perguntava a eles qual seria a melhor forma de influir na revisão constitucional.

Os setores mais conscientes de nossa sociedade vêm denunciando, já de algum tempo, que o projeto neoliberal tem como único objetivo a satisfação dos interesses imperialistas. E mais, que é um plano de conjunto, que passa pelo econômico, pelo político e pelo social e que pela sua dimensão ameaça os próprios fundamentos da nação brasileira.

As repercussões do manifesto do Comandante-do-ar da Força Aérea ainda estão por vir, mas, ao que tudo indica, ele vai desagradar àqueles que têm a intenção - e não só a intenção - de transformar nossa pátria num mero apêndice dos Estados Unidos. (D.T.)

Poder favorece Odebrecht

DILERMANDO TONI

Após duas semanas de intensa crise envolvendo o ministro da Fazenda Eliseu Resende o caso foi pelo menos por enquanto resolvido. Itamar decidiu mantê-lo no cargo, depois que no dia 12 ele “se saiu bem” na presença dos senadores, mostrando recibos com os quais havia pago hotéis nos Estados Unidos e esquivando-se de ter favorecido a construtora Norberto Odebrecht, pois o negócio com o Peru, afinal, não havia sido concretizado.

Olhando só por esse ângulo estaria superado mais um episódio da crise que afeta o governo de Itamar Franco desde a substituição de Paulo Haddad. Acontece porém que os fatos não se resumem a isso, apesar do arranjo, o governo sai mais enfraquecido, com sua credibilidade em baixa. Além disso, o episódio serve exemplarmente para mostrar como a grande burguesia usa o Estado e as leis, a união orgânica entre os grupos monopolistas e o Estado.

O jornal *O Estado de São Paulo*, porta-voz do que há de mais reacionário e entreguista no país, alertava em seu editorial do último dia 13 de maio para o prejuízo que situações como essa podem trazer aos interesses do Estado brasileiro. Dizia que por Collor de Mello não ter ouvido os conselhos do jornal par não tratar com emocionalismo a questão dos “marajás da previdência”, as instituições haviam sido abaladas. Agora, infelizmente, o caso voltava a se repetir.

Não há como negar que o *Estadão* tem razão neste particular.

Está na lei

A pergunta que logo surgiu na cabeça dos mortais comuns foi como poderia o governo estar financiando US\$ 115 milhões para que a Odebrecht construísse uma obra de irrigação no vizinho Peru, quando a seca do Nordeste afeta milhões de brasileiros. Problema histórico para cuja solução se alega sempre a falta de verbas. No entanto o financiamento de exportações de bens e serviços está nas leis. Desde 1965 o Brasil tem um programa para financiar exportações, o Finex que a partir de 91 virou Proex.

O ciclo do financiamento das exportações é mais ou menos o seguinte: com o dinheiro do Proex, que vem do Tesouro Nacional, o governo paga à vista as empreiteiras que vão construir obras no exterior, sem que essas empresas assumam qualquer risco; o governo do país que sedia a obra assume para com o governo brasi-



Emílio Odebrecht após depoimento à Polícia Federal, em 1992

leiro a dívida pela qual pagará juros de 8,7% ao ano com três anos e meio de carência.

Vale notar que o governo paga pela sua monstruosa dívida interna juros reais de mais de 30% ao ano, no curtíssimo prazo, sem nenhuma carência. Mas essas são as regras do jogo. Está nas leis.

É dessa maneira que a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Mendes Junior, entre outras, vão expandindo seus negócios pelo exterior. O Proex tem para este ano mais de US\$ 1 bilhão para financiar exportações. São obras pela África, Ásia, América Latina e até pelos Estados Unidos. É por esse motivo que na época de Sarney a Andrade Gutierrez colocava permanentemente um jatinho à disposição da família do presidente e que os executivos da Odebrecht assediavam os donos do poder, ainda mais que o titular da Fazenda é ex-funcionário da empresa. Aliás os representantes das empreiteiras são figuras constantes nas delegações governamentais que viajam ao exterior.

Empresa ou máfia?

De uma pequena empresa sediada na Bahia a Norberto Odebrecht passou num espaço de tempo relativamente curto a uma das maiores empresas do país. Hoje ela tem 42 mil funcionários, controla nada menos que 30 empresas e tem obras espalhadas por 18 países. A Odebrecht tem sido uma das maiores beneficiárias do processo de privatização brasileiro, vai se transformando num monopólio do setor petroquímico.

Adquiriu pelo preço de galinha morta várias empresas deste setor mas, o caso que mais chamou a atenção, foi o da Poliolefinas comprado pelo preço mínimo em apenas dois minutos após várias denúncias de um acordo suspeito, sigiloso e ilegal que a Odebrecht teria feito com a Bank of America.

A empresa comprovadamente destinou milhões de dólares para o esquema Collor/PC, subornou o então ministro Rogério Magri e parece pelo andar das investigações cada vez mais envolvida no assassinato do governador do Acre. Entre empresa ou máfia, acerta quem opta pelas duas respostas.

Gravidade do problema

Pouco importa quem tenha pago a conta do hotel em que Eliseu Resende se hospedou nos Estados Unidos. Aliás, se isso aconteceu, foi por descuido. Seria muito pouco para sujar negócios tão vultosos. O que a crise Eliseu revela no entanto, é que existe uma ligação íntima e inquestionável entre o círculo político dominante e os grandes empresários, quer sejam eles banqueiros ou empreiteiros.

Toda a grande burguesia brasileira, de uma ou de outra forma, se beneficia dos favores do estado burguês, se aproveita das leis burguesas, feitas por aqueles parlamentares que ela ajudou a eleger. E, em época de crise do capitalismo dependente como a que estamos presenciando, quando cresce também a concorrência entre as empresas, as relações e os compromissos se estreitam. Ultrapassam com frequência crescente os limites legais impostos pela própria burguesia e entram pelo campo pantanoso da corrupção.

Os noticiários são fartos em mostrar que o caso do Brasil não é único no mundo. A corrupção atinge até mesmo os países capitalistas mais “civilizados” como o Japão, a Alemanha, a Itália. É um problema estrutural do capitalismo, que ele não pode superar. Enquanto nosso país estiver submetido a esse tipo de regime os escândalos se sucederão. E o povo vai tomando consciência de que o problema é mais grave e exige soluções mais profundas. É exatamente isso que o *Estadão* não quer que aconteça.

NACIONAL

LEI DE PATENTES

Uma vitória parcial

MOACYR OLIVEIRA FILHO
e LÉCIO MORAES
de Brasília

A Câmara dos Deputados deverá votar, na quarta-feira dia 19 de maio, o Projeto de Lei sobre a Propriedade Industrial, mais conhecido como Lei das Patentes. Um acordo de lideranças, firmado no dia 6 de maio, conseguiu introduzir importantes alterações no substitutivo do relator, deputado Ney Lopes, impedindo a aprovação de um texto totalmente contrário aos interesses nacionais. Essas mudanças, no entanto, representaram apenas uma vitória parcial. Conseguiu-se evitar uma grave ameaça à soberania nacional, mas ainda assim, o texto votado, apresenta problemas que remetem esse embate para o futuro, como é o caso, por exemplo, do patenteamento de micro-organismos que, embora limitado, acabou sendo introduzido no projeto.

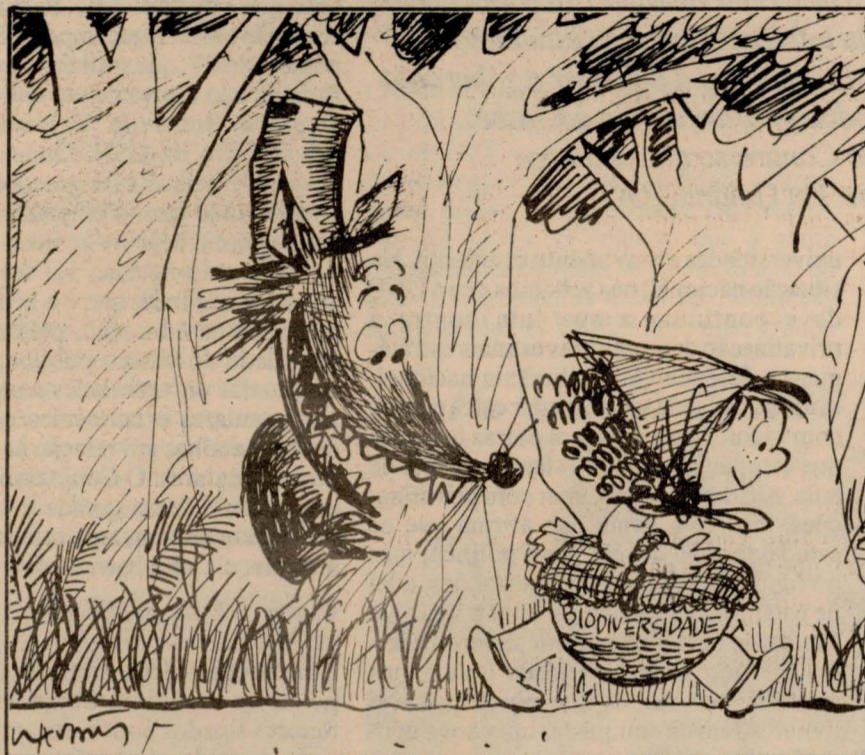
Para o Fórum Nacional pela Liberdade do Uso do Conhecimento, no entanto, os avanços conquistados no acordo de lideranças são muito restritos. Em nota oficial, distribuída na hora da votação, o Fórum afirma: "A votação final da Lei das Patentes se dá sob o signo da imposição internacional. Tendo aprovado 95% das reivindicações norte-americanas, segundo o Ministro Fernando Henrique Cardoso, o projeto seguirá para processo de votação no Senado onde os 5% restantes também poderão ser cedidos", alerta o documento.

Eis os principais pontos que foram alterados no substitutivo Ney Lopes pelo acordo de líderes:

- **direitos patentários:** as importações de produtos ou processos patenteados eram dificultados por regras restritivas ao comércio, previstos para a chamada "importação paralela". Estas restrições foram retiradas, diminuindo o poder de monopólio do detentor de patentes. Foi suprimido, também, o dispositivo que criava a patente de importação, uma verdadeira reserva de mercado ao contrário, que garantia o monopólio de importação de produtos, proibindo a sua fabricação no Brasil;

- **licença compulsória:** o relator queria fazer do dever de explorar a patente, previsto em qualquer legislação do mundo, apenas um direito do titular. Agora fica possível se obter uma licença compulsória, entre outras coisas, por abuso de poder econômico, definido em ato administrativo do Estado;

- **controle da transferência de tecnologia:** o INPI era reduzido a um cartório de registro de contratos de transferência de tecnologia. O



texto do acordo permite, agora, que o governo estabeleça seletivamente os contratos de transferência sob os quais ele exercerá controle, tendo em vista a salvaguarda dos interesses nacionais;

- **segredo de negócio:** o relator transformava em segredo de negócio o conhecimento científico e técnico de seus empregados, tornando o capital o único proprietário da ciência. Isso foi suprimido;

- **"pipeline":** o substitutivo do relator concedia patente retroativa às patentes estrangeiras, desde que apenas os seus objetos não estivessem disponíveis no mercado brasileiro, mesmo que esta patente já existisse lá dez ou quinze anos no país de origem. O acordo restringiu fortemente a concessão do "pipeline", embora ainda de maneira insuficiente. Pelo acordo, não serão concedidas patentes retroativas a produtos que já tenham obtido patente no exterior ou que estejam disponíveis em qualquer mercado do mundo;

- **patente de seres vivos:** o relator não só permitia a patente de micro-organismos, como a de animais, plantas e processos biotecnológicos de manipulação genética. O texto do acordo restringe fortemente a patente biotecnológica, aceitando-a unicamente para um micro-organismo utilizado em um determinado processo e que gere um produto específico;

- **publicação de depósito de patente:** o relator permitia que um pedido de depósito de patente pudesse ser retirado sem ser publicado, deixando brecha para que se realizassem manobras no sentido de proferir indefinidamente a não publicação de um conhecimento, pelo depósito e retiradas sucessivas do mes-

mo pedido de patente. Isto foi modificado, estabelecendo-se a obrigatoriedade da publicação de depósito, mesmo se retirado ou arquivado.

Apesar dessas alterações positivas, durante a votação ainda vai se tentar avançar um pouco mais através da votação de alguns destaques importantes. Os principais deles são os seguintes:

- **exaustão de direitos:** para evitar o absurdo de se dar direitos de patentes sobre produtos não patenteáveis obtidos por processos patenteados;

- **prazo de carência:** uma emenda do deputado Renildo Calheiros fixa prazos de carência de um ano para a lei, cinco anos para processos e dez anos para produtos das matérias até agora não patenteáveis;

- **vigência da patente:** uma emenda do deputado Aldo Rebelo estabelece prazo de vigência de 15 anos para patentes de invenção e 10 anos para modelo de utilidade;

- **medidas retaliatórias:** uma emenda do deputado Luiz Salomão cancela a remuneração de patentes a países que imponham medidas retaliatórias contra nossas exportações.

Mesmo com derrotas sérias, como a inclusão do patenteamento de processos biotecnológicos e o dispositivo que permite o "pipeline" fazer retroagir a lei, o texto do acordo que deverá ser votado no dia 19 representou um pequeno avanço em relação ao substitutivo original do deputado Ney Lopes, totalmente favorável às imposições dos monopólios estrangeiros. A batalha, no entanto, não está encerrada. É fundamental manter a mobilização da sociedade civil para se evitar que os avanços conquistados possam ser derrotados.

Agradecimentos de
Kim Il Sung

O secretário geral do Partido do Trabalho da Coreia, Kim Il Sung, enviou telegrama para o presidente do PCdoB, João Amazonas, agradecendo os votos de felicitações, enviados por ocasião da passagem do seu 81º aniversário.

Kim Il Sung aproveitou a oportunidade para fortalecer os laços de amizade entre os dois partidos. Afirmando a luta de ambos pela independência anti-imperialista e pelo socialismo. Desejando grandes êxitos na luta pelo fortalecimento do PCdoB.

Cubanos visitam a Bahia

German Sanchez, membro do Comitê Central do PC Cubano e Jorge Ferreira, secretário político da embaixada de Cuba no Brasil, visitaram a Bahia. Os dois membros do PC Cubano foram recepcionados pelo deputado federal Haroldo Lima e pelo presidente do PCdoB na Bahia, Luiz Nova. Cumprindo extenso calendário de atividades políticas na cidade de Salvador, de 18 a 22 de abril.

Os representantes de Cuba estiveram no Sindicato dos Metalúrgicos, recebidos pelo presidente Roque Assunção e diretoria. Marcaram presença na Assembléia dos Servidores Públicos do Estado, presidida por Gisélia Santana. Estabeleceram contato com o Fórum de Mulheres de Salvador, articulado pela professora Loreta Valadares e visitaram a Casa do Olodum, a Câmara Municipal de Salvador, onde foram recebidos pelos vereadores Pedro Godinho, presidente da casa e por Javier Alfaya, do PCdoB.

A visita dos cubanos faz parte dos preparativos da vinda da comitiva de seu país à Conferência Ibero-americana que se realizará no mês de julho, em Salvador. Eles anunciaram como provável a vinda de Fidel Castro, chefiando a delegação de Cuba na Conferência.

Eleição na Apeoesp

Os professores da rede estadual de ensino elegem no dia 28, a nova direção da Apeoesp. O PCdoB atua na entidade com intransigência na defesa dos interesses da categoria, de um sindicalismo combativo.

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo conta hoje com 115 mil sindicalizados, mais de 1.500 Conselheiros, cinco mil representantes de escola e 82 sub-sedes em todas as regiões do Estado. Sua base ultrapassa os 220 mil membros, sendo um dos sindicatos mais importantes do país.

Quatro membros do PCdoB participam da Chapa 1 da Apeoesp. Fred e Hamilton, na Secretaria de Organização da Grande São Paulo e Francisca e Marluca, na Secretaria de Organização da Capital.

Luta contra o racismo

Em São Paulo, o 13 de maio - Dia Nacional de Luta Contra o Racismo foi marcado por uma Passeata Contra a Violência neonazista. Ela foi preparada por uma coordenação que inclui várias entidades dos movimentos negro, sindical, popular, cultural e religioso. Neste ano, participam também da coordenação a Federação Israelita e a Associação dos Nordestinos. A concentração teve início às 16h, em frente ao Centro de Documentação e Memória Paulista, onde foi realizado um ato em memória do dirigente do Partido Comunista da África do Sul, Cris Hanis.

UNE faz congresso e

Às vésperas do 43º Congresso da União Nacional dos Estudantes os setores conservadores jogam pesado no ataque a essa entidade que foi decisiva no processo de afastamento de Collor de Mello da presidência da República. A UNE aumentou sua influência entre os estudantes e a sociedade. Hoje é uma das principais entidades a defender a soberania nacional. Seu presidente, Lindbergh Farias, fala à Classe sobre a importância do Congresso que acontece de 9 a 13 de junho, em Goiânia (GO).

GUIOMAR PRATES

Classe - Quais as perspectivas para o Congresso da UNE?

Lindbergh - Hoje a UNE não é a mesma de antes do impeachment. É a UNE que mobilizou 400 mil em São Paulo, mais de 100 mil no Rio e milhares de estudantes nas principais cidades do país. É a UNE da greve geral do dia 4, que parou 20 milhões de brasileiros e que hoje se credencia como uma das entidades mais importantes do país. É justamente nesse momento que acontece o Congresso e a direita quer tirar do comando da UNE os socialistas. Joga pesado para desestabilizar a nossa entidade. Isso faz com que a perspectiva seja de um grande confronto no Congresso entre a visão mais progressista, da UNE de luta, e outra, que quer a UNE distante dos estudantes, e dos problemas da universidade e do país.

Classe - Quais as principais polêmicas desse Congresso?

Lindbergh - O Congresso vai debater três pontos: situação internacional e nacional,

universidades e movimento estudantil. Na situação nacional, nós achamos que a UNE deve continuar a sua luta contra a privatização das empresas estatais estratégicas e defendendo a soberania nacional. A nossa bancada vai defender estes pontos com vigor. Mas começam outras teses, de que estudante tem que estar só na sala de aula, não deve se preocupar com privatizações, etc. Tem gente que afirma que os estudantes não devem fazer política, mas no fundo defendem as privatizações, a lei de patentes. Nós achamos o contrário, que estudante deve fazer política, porque acima de tudo somos cidadãos e devemos interferir nos rumos que nosso país vai tomar. Além de conquistar uma nova educação para o nosso povo, queremos construir um Brasil livre, soberano e democrático.

Outro ponto que pode ser polêmico é a posição em relação ao governo Itamar Franco. Aí, existe uma fraseologia muito grande. O PT se diz oposição, mas no Congresso Nacional, de oposição não tem nada. Na verdade, o que vai definir os campos é a posição em relação ao projeto

neoliberal. Queremos continuar indo às ruas para vaiar as privatizações, mas também ter independência para poder aplaudir o que estiver correto. Para nós a retórica só não basta, o que importa é a luta. Esse pessoal do PT, que se diz oposição a Itamar Franco, não estava no ato que ocorreu em frente a Bolsa de Valores, contra a privatização da CSN. Onde estava esse pessoal? Vimos suas grandes lideranças conversando com o empresariado, almoçando com o Mário Amato.

Mas o Congresso vai ter um grande ponto de unidade, que é a nossa luta pela mudança na educação, pela melhoria de qualidade do ensino público, da aproximação das universidades com os interesses populares e também a continuidade dessas batalhas em relação às universidades particulares. O Congresso vai acontecer no meio dessa grande luta e por isso, por mais que alguns tentem levar a picuinha à frente, ela será barrada pela luta.

Classe - E na avaliação do movimento estudantil o que demarca os campos?

Lindbergh - Nós tivemos uma grande polêmica no último Congresso da UNE. Setores ligados ao PT diziam que a UNE tinha morrido e que não jogava mais nenhum grande papel, que devia se preocupar apenas com questões bem específicas. Nós achávamos que não, que além do específico, devíamos nos preocupar com as grandes questões do país. Alguns chegaram a nos criticar por defender o "Fora Collor", pois esta seria uma posição precipitada, esquerdista e na verdade não era, estava de acordo com a realidade. Quando



Lindbergh: "Estudante deve fazer política"

existem diferentes visões teóricas, só a realidade pode mostrar quem tem razão. Às vezes, a história demora cem anos para dar essa demonstração. Nós tivemos a sorte de, dois meses depois do Congresso, ficar comprovado que tínhamos razão. Eu fico imaginando se esse pessoal tivesse ganho a UNE, em vez das passeatas, certamente a UNE estaria realizando um seminário para discutir a especificidade de algum curso.

Classe - Mas essas pessoas também participam da diretoria da UNE. Qual foi a postura que tiveram durante a gestão?

Lindbergh - Essa galera que dizia que o movimento estudantil não jogava nenhum papel se deu mal. Nós marcamos um ato no dia 11 de agosto de 1992, o primeiro pelo "Fora Collor". Eles vieram dizer que estava errado, que devia só pela ética na política e apostaram que não iria ninguém. Nós passamos um mês mobilizando, passando em sala de aula, mas não tivemos uma única linha na grande imprensa. Para surpresa dessas figuras, que chegaram às 10 horas da manhã, de cabelo molhado porque não estavam nas escolas, nós tínhamos ali a maior mobilização popular desde o início do governo Collor. De cara, 20 mil pessoas na Av. Paulista. No outro dia foi repercussão em todos os grandes jornais. E aí começou a onda que levou milhões às ruas. Vieram então, dizer que esse movimento foi espontâneo, obra da grande imprensa, o que é uma grande mentira. Eles não conseguiram ver a organização do movimento porque não participaram da mobilização.

Um novo susto para os caras tristes da documentação de Memórias da Luta contra o aumento das mensalidades e em defesa da escola pública, derrubando a tese de que seria impossível voltar às ruas. Esse



Alto custo das mensalidades levam milhares de estudantes a passeata em São Paulo

Greve pára milhões de estudantes

A greve convocada pela União Nacional dos Estudantes e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas para o dia 4 de maio foi a maior já realizada nas escolas e universidades brasileiras. Segundo avaliação dos dirigentes

das duas entidades, mais de 20 milhões de estudantes paralisaram suas atividades. Na maioria das capitais brasileiras e cidades médias foram realizadas passeatas, atos e invasão de delegacias de educação para cha-

mar a atenção das autoridades para o alto custo das mensalidades escolares e em defesa da escola pública. Em São Paulo, cerca de 50 mil estudantes realizaram uma das mais combativas passeatas pelo centro da cidade.

CDM

Centro de Documentação e Memórias da Luta contra o aumento das mensalidades e em defesa da escola pública.

movim
do dia
fizeram
UNE (I
do ato,
dantes
UJS, d
alista, c
O resto
Classe
à atual
Lindb
tam co
mento
de é o
rancor
o PT, p
e sinc
acredit
criand
domin
estuda
do PT
tar ess
petista
lado, q
esse ta
greve.
ao paí
direita
escola
mento.
das Ma
jornais
pessoa

Classe
dos es
indepe
Lindb
opiniã
de nen
de nen
vai ao
propos
dência
nhuma
pos qu
que fu

MOMENTOS

em momento de luta



"fazer política porque é um cidadão".

s, só movimento culminou na greve geral do dia 4, em que os caras tristes não fizeram nada. O secretário geral da UNE (Hélio Reck) só apareceu no dia do ato, que foi construído pelos estudantes independentes, do PCdoB, da UJS, do MR8, da Convergência Socialista, do Trabalho, do PSB e do PSDB. O resto não apareceu.

Classe - São esses que fazem oposição à atual gestão da UNE?

Lindbergh - São eles que se apresentam com o nome de MUDE (Movimento UNE Democrática). Na verdade é o PT. Aquele PT fisiológico e rancoroso. Eu me preocupo muito com o PT, porque ele tem sua ala verdadeira e sincera, de pessoas honestas, que acreditam no socialismo, mas está se criando uma ala fisiológica, que acaba dominando o partido no movimento estudantil, embora boa parte da base do PT seja sadia. Nós queremos disputar essa base, queremos que muitos petistas honestos venham para o nosso lado, que é o lado da luta, abandonem esse tal de MUDE, que jogou contra a greve. A denúncia que temos que fazer ao país é que eles foram aliados da direita, fizeram o jogo dos donos das escolas, para dividir o nosso movimento. Fizeram coro com o Sindicato das Mantenedoras, que pagou nota nos jornais para atacar a UNE e me atacar pessoalmente.

Classe - Como você vê o crescimento dos estudantes que se intitulam de independentes?

Lindbergh - Independente, na minha opinião, é aquele estudante que não é de nenhum partido e que não participa de nenhum grupo. É uma pessoa que vai ao Congresso para ver as melhores propostas e pode votar com várias tendências, sem estar fechado com nenhuma delas. Hoje existem alguns grupos que se dizem independentes mas que funcionam como se fossem parti-

dos. Acho que devemos nos aproximar ao máximo desses grupos, porque há algumas coisas que nos une, como a defesa da luta e a defesa de uma entidade que não esteja aparelhada, que represente todos os estudantes, que seja ampla. Para citar só um exemplo de como tentam aparelhar a UNE, é só ver o que aconteceu com um seminário de extensão que a UNE realizaria em Campinas e que tivemos que desmarcar, porque o DCE da PUC de Campinas, só convidou para a mesa debatedores ligados à corrente Articulação. Mesmo outras correntes que existem dentro do PT ficaram revoltados. Nesse congresso temos que construir uma grande chapa, com todos os setores de vários partidos e de estudantes que não têm partido, mas que defendem essa nova mentalidade para o movimento estudantil. Muita gente boa surgiu no Rio de Janeiro, no Paraná, em Brasília e em muitos outros estados, mas temos que abrir o olho porque tem muito oportunista e gente de direita querendo se aproveitar desse movimento dos independentes.

Classe - E a forma de eleição para a nova diretoria da UNE? Tem gente que tem ocupado espaço nos jornais para defender a eleição direta.

Lindbergh - É uma surpresa esse pessoal estar defendendo eleição direta, porque quando eles tinham a presidência da entidade nunca defenderam. O mais engraçado é que a oposição começou a defender em conjunto com O Estado de São Paulo. O Cola, suplemento juvenil do Estadão virou órgão de divulgação do MUDE. Nós temos que entender o que está por trás disso. Aparentemente, a eleição direta é mais democrática, mas há que se observar alguns pontos. Numa campanha de eleições diretas para a UNE são necessários milhões de panfletos, passagem para rodar todo o país e, principalmente, inserção na grande imprensa. Eu pergunto, que grupo de estudantes teriam condições de disputar essa eleição? Nesse caso, a eleição direta é mais uma forma de restringir a participação dos estudantes. Só teria chance dois tipos de grupo. Os que tiverem uma candidatura à eleição de 94 por trás e pegarem a máquina de um grande partido que coloque militantes nas universidades ou então os que tiverem o apoio de um grande grupo econômico. Por trás da proposta de diretas existe um complô da direita para atacar as eleições congressuais, que são eleições democráticas, pois os estudantes são eleitos na base, discutindo as propostas para o Congresso. Por outro lado, teríamos problemas de estrutura, dificuldade em garantir a fiscalização e, conseqüentemente, a lisura do processo, o que poderia gerar alegações de fraude, como ocorreu na última eleição direta da UNE. Isso enfraqueceria nosso movimento, destruindo toda a luta que conseguimos fazer durante esta gestão.

Classe - E as propostas, como a feita por um ex-presidente da UNE, José Serra, que defende a existência de mais de uma entidade nacional dos estudantes?

Lindbergh - José Serra devia se envergonhar de falar isso. Na verdade, hoje ele está do lado dos conservadores, mas esquece que nem a ditadura conseguiu rachar a UNE, portanto, não vai ser agora que mais um deputado almofadinho vai fazer vingar uma proposta dessas. Hoje, mais do que nunca é fundamental uma única entidade,

que unifique a luta dos estudantes brasileiros. O ataque se dá também em função de que hoje a UNE consegue unificar nacionalmente a luta dos estudantes e isso deixa os conservadores raivosos.

Classe - Como vai ser o processo de substituição de Lindbergh Farias na presidência da UNE?

Lindbergh - Vai ser tranquilo, porque quem esteve à frente desse movimento não foi só eu. O respeito que a gente conseguiu conquistar se dá em função da luta dos estudantes e muitas lideranças surgiram daí. A UNE é hoje uma grande

entidade e todos vão querer conhecer o novo presidente da UNE. A forma de se tornar respeitado é participar da luta, das grandes mobilizações e o novo presidente da UNE vai entrar já no meio da luta. A UJS ainda não definiu quem é o seu candidato, mas será, certamente, uma grande liderança. Esse é um processo que envolve a discussão com várias lideranças, com setores mais amplos. O mais importante nesse momento é que a UJS, seus militantes, arregacem as mangas e trabalhem até o último momento, para ter maioria no Congresso e garantir uma direção combativa e de luta para a UNE.

“A UNE é homem e mulher.”



Mulheres foram a maioria na passeata dos estudantes

Com esse refrão, ao ritmo da batucagem de garfos e bandejas no restaurante da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, as universitárias comemoraram a realização do III Encontro da Mulher Universitária. Um refrão bastante apropriado para expressar o conteúdo do Encontro: o de que a UNE deve representar homens e mulheres universitários, inclusive em suas diversidades e que as mulheres estudantes estão na UNE e à frente de suas lutas e não fora dela em encontros e organizações estudantis paralelas, só de mulheres como querem as concepções mais desagregadoras e distantes da realidade das estudantes.

Com mais de 200 participantes, o Encontro enfrentou certas dificuldades, principalmente pelo fato de há três gestões, a UNE ter deixado de realizar esse tipo de evento (antes das últimas três gestões, foram realizados dois encontros) e pela falta do Departamento para Assuntos da Mulher, também inexistente nas últimas diretorias.

Mas além de pinar a cara e exigir o impeachment do presidente da República, defender o ensino público e gratuito, as universitárias encontraram tempo e

energia para cuidar de suas questões específicas de gênero e retomam sua organização.

Nos dias 30 e 31 de abril e 1º e 2 de maio, mulheres de nove estados, com bancadas expressivas das principais universidades do país, debateram questões teóricas como gênero e raça, sexualidade e reprodução, universidade e opressão.

Bandeiras importantes foram retomadas, como as creches nos campus, ambulatórios que atendam a saúde da mulher e a contracepção, inclusive com grupos de reflexão e educativos, unir-se a luta das mulheres brasileiras pela garantia dos direitos constitucionais e reformulação do Código Penal, pela legalização do aborto, a ser debatida nas universidades no dia 28 de maio - Dia Internacional de Luta pela Saúde das Mulheres, é maior participação das mulheres na direção da UNE, com a retomada da Diretoria para Assuntos da Mulher.

Como se isso não bastasse, as universitárias saíram da Faculdade com um pique para as manifestações e greve do dia 4, como ficou provado nas ruas.

(Sara Sorrentino, editora da revista Presença Mulher)

NACIONAL

BANCADA
COMUNISTAAcreanos exigem
punição à violência

Um protesto contra 500 demissões na Prefeitura de Tarauacá, AC, culminou na prisão dos vereadores comunistas Moisés Diniz e Chagas Batista e do dirigente sindical Luis Meleiro, entre outros. O prefeito demitiu sindicalistas e funcionários com mais de dez anos de trabalho. E alega não ter recursos para pagar os servidores. No aniversário do município, porém, ele ofereceu banquete por conta dos cofres públicos e serviu 30 jabutis, cujo abatimento é proibido pelo Ibama. O deputado estadual Sérgio Taboada e o vereador de Rio Branco Marcos Afonso, ambos do PCdoB, pediram o afastamento do tenente que comandou a violência policial.

Pesquisa recente do Instituto Acreano de Estatísticas aponta o deputado Taboada como o melhor do estado, com 12,5% das preferências. Mesmo sem ser cogitado pelo partido para disputar o senado, Taboada é o terceiro colocado, conforme a pesquisa.

Incentivo cultural

Os artistas de Aracaju, SE, foram contemplados com a Lei de Incentivo Cultural, de autoria do vereador Edvaldo Nogueira (PCdoB). O artista que quiser desenvolver projeto musical, de dança, teatro, circo, cinema, fotografia receberá incentivo fiscal da Prefeitura e ajuda da iniciativa privada. Edvaldo diz que é uma vitória não só dos artistas aracajuanos, mas também do PCdoB que vem lutando pela implantação de lei semelhante em diversas cidades brasileiras.

Trem da alegria

O deputado estadual Eron Bezerra, (PCdoB-AM) denunciou um "trem da alegria" na Emater-AM. A manobra beneficiava 55 parentes de diretores da empresa em prejuízo das gratificações dos técnicos do interior. Eron aprovou requerimento que suspende os efeitos da redução das gratificações.

Manobra na eleição

O vereador pelo PCdoB de São José dos Campos-SP, João Bosco, denunciou tentativa de intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, atualmente dirigido por integrantes da CSC. Por ocasião da eleição para diretoria do sindicato, várias manobras foram feitas na Justiça por integrantes da chapa 2, da Força Sindical, para impedir a votação. A eleição foi suspensa por um juiz de direito e a previsão é de que se realize em junho. Bosco pergunta: "Pode o juiz com sua decisão ser instrumento na mão do empresariado para viabilizar a intervenção no sindicato e com isto colocar abaixo todas as conquistas até aqui obtidas pela categoria na vitoriosa campanha salarial que fez recentemente?"

1º de maio

Por ocasião da passagem do dia do trabalhador, vários vereadores comunistas propuseram moções de solidariedade à luta dos trabalhadores. Entre eles, Paulo Rogério dos Santos, de Juiz de Fora-MG; e Júlio Martins, de Rio Grande-RS, que homenageou os trabalhadores mortos naquela cidade nas manifestações do 1º de maio de 1950.

Projeto aprovado

O vereador pelo PCdoB, Paulo Wunsch, aprovou na Câmara de Beñito Gonçalves-RS projeto que institui o Programa de Albergue para a Mulher vítima de violência. Serão atendidas todas as vítimas cujo retorno ao domicílio habitual represente risco de vida.

Cartilha do inquilino

A deputada estadual pelo PCdoB gaúcho, Jussara Cony, lançou a cartilha que orienta sobre os direitos e deveres dos inquilinos.

POLÍTICA SALARIAL

Reajuste mensal é prioridade

SUELI SCUTTI

No último dia 14 de abril a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o projeto de lei 3.610/93, com substitutivo, que institui reajuste mensal de salários para todos os trabalhadores brasileiros e aumento real de 3% para o salário mínimo. Antes de aprovado, o projeto foi debatido com trabalhadores, patrões e governo. O projeto abarca a parcela salarial de até 20 salários mínimos e vigora a partir de junho próximo. O que se pretende é estabelecer no Brasil uma política salarial estável que proteja minimamente os salários contra a inflação. O passo seguinte é a votação em plenário, marcada para 25 de maio.

Numa economia em que a inflação beirou os 30% em abril é oportuna a idéia de reajustar mensalmente os salários. Os trabalhadores estão numa situação insuportável. Só as faixas mais baixas têm mecanismos, insuficientes, de correção salarial: as antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais. O governo havia se comprometido a apresentar até maio uma proposta de política salarial definitiva, o que não ocorreu.

À mercê da inflação

Além de nada propor, o governo anunciou um salário mínimo sem nenhum aumento real e os trabalhadores ficam à mercê da inflação. Um estudo feito pelo matemático José Dutra Vieira Sobrinho, do Dieese, aponta que um salário inicial de 500 dólares no dia do pagamento valeria apenas 400 dólares numa inflação constante de 25%. O salário mínimo de 3,3 milhões de cruzeiros não compra sequer uma cesta básica, que teve aumento de 43% em abril. O Dieese calcula que o salário mínimo deveria ser de 13 milhões de cruzeiros para garantir as necessidades básicas de uma família de porte médio.



Metalúrgicos do ABC conseguiram o reajuste

O governo recusa o reajuste mensal de salários, mas acordou com os donos de supermercados o aumento mensal (que em muitos casos é semanal e até diário) dos preços de acordo com a inflação e propõe, conforme Medida Provisória 318, reajuste mensal da prestação da casa própria. A alegação do ministro Barelli para não aceitar reajuste mensal de salários é a de que o governo não dispõe de caixa para pagar servidores federais, aposentados e pensionistas.

O deputado Paulo Paim, presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, diz que a Previdência tem diminuído seu déficit e pode arcar com o pagamento. O déficit em outubro do ano passado era de 5,7 bilhões de dólares e caiu para 2,3 bilhões em abril deste ano. Uma redução de 60%, o que leva Paim a concluir que o argumento do governo não procede. Paim acusa Barelli de ser mais intransigente que seus antecessores na defesa do governo.

O maior discurso contra o reajuste mensal é de que seria inflacionário. Um grande equívoco na opinião do deputa-

só reajustam a cada quatro meses", reclama Silva.

Redistribuição de renda

Muito se tem falado em redistribuição de renda e reativação do mercado interno. Mas isso não ocorrerá sem o fim da recessão, do desemprego e dos juros altos, que incentivam a especulação financeira e desestimulam a produção. De janeiro de 1990 a fevereiro de 1993 foram demitidas mais de 20 milhões de pessoas. A média do salário mínimo no atual governo é de 63,13 dólares, menor que nos governos anteriores. Diante dessa constatação, como redistribuir renda? Uma tentativa é o reajuste mensal de salários, que garantiria parcialmente o poder aquisitivo dos que estão empregados. Não se pode penalizar o trabalhador pela incapacidade do governo de deter a inflação. Paim avisa que não se combate a miséria dando esmola. É preciso uma política de empregos e salários, o que reaqueceria o mercado interno.

Campanha da CUT

Em entrevista à Classe Operária, Jair Meneguelli, presidente da CUT, informa que a central lançou uma campanha nacional pelo reajuste mensal já, de acordo com a inflação. Ele lembra que essa é uma antiga reivindicação do movimento sindical e que será feita campanha de convencimento dos deputados em seus estados para que aprovem o projeto em plenário. E cita categorias que já conquistaram o aumento mensal, caso dos metalúrgicos do Estado de São Paulo. Ainda em São Paulo, os metalúrgicos fecharam acordo de reposição mensal após paralisação de 15 minutos. Meneguelli acredita que uma forte pressão da sociedade fará aprovar em plenário o reajuste mensal. Ele afirma que todos os sindicatos devem se incorporar rapidamente nessa luta. A CUT está confeccionando cartazes, adesivos e folhetos para divulgar o movimento.

CUT faz plenária nacional

A 6ª Plenária Nacional da CUT será de 24 a 28 de agosto em São Paulo. A pauta é: composição de delegados ao 5º Concut; regimento interno do 5º Concut; participação das mulheres na direção da central através de cotas; balanço da estrutura vertical; os dez anos da CUT; revisão constitucional; análise da situação política e balanço organizativo; plano de ação.

Até o fim de junho será feita eleição dos delegados para as plenárias estaduais; 14 de junho é o último dia para filiação e quitação de débitos; e julho é o mês para as plenárias estaduais e conselhos das

confederações, departamentos e federações nacionais da central.

A Corrente Sindical Classista (CSC) orienta seus apoiadores a cumprirem rigorosamente os prazos, especialmente os de filiação de novas entidades e de quitação de débitos. Só assim a bancada classista estará à altura de sua responsabilidade para impulsionar a CUT para posições mais combativas. A coordenação da CSC fará plenárias regionais para debater a pauta, com destaque para a crise na CUT. A CSC defende a unidade de todos que queiram impulsionar a ação da central, superando o imobilismo e a disputa mesquinha pelo poder.

do Edson Silva, PCdoB-RS, integrante da Comissão de Trabalho. Ele argumenta que toda a economia está indexada. Todo o capital é corrigido mensalmente (poupança, fundo, CDB). Só os salários não são. "Se salário fosse inflacionário, viveríamos no paraíso", resume Silva ao dizer que historicamente os salários são arrojados. Os salários sofrem constantes perdas mas a inflação não cai. Ele pensa que se formou no país uma idéia de que salário gera inflação com objetivo de "viabilizar o capitalismo selvagem".

A economia brasileira é altamente concentrada e o empresariado se aproveita da instabilidade econômica para aumentar preços. Toda vez que se fala em plano econômico, como o recentemente anunciado pelo governo, os preços sobem. "É um crime contra os salários que

Conta fantasma compromete ACM

CALUCHO CARVALHO
de Salvador

O delegado da polícia Federal, Paulo Lacerda, que investiga o esquema Collor/PC Farias, deverá chegar a Salvador na próxima semana. Esta é a esperança de que as investigações cheguem até o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, já que existem várias provas de seu envolvimento com o caso que levou ao impeachment do então presidente da República. Na Assembléia Legislativa da Bahia, parlamentares opositoristas lutam pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que acompanhe as investigações.

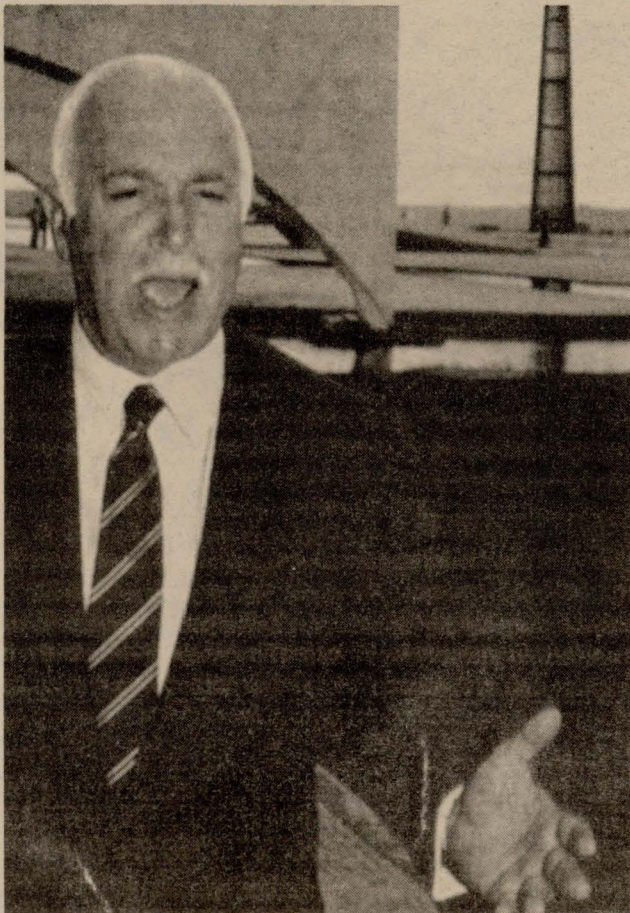
A formação dessa comissão vem sendo boicotada pelos deputados carlistas. O medo do governador é que fique provado o seu envolvimento e de seus correligionários com uma conta fantasma, o que poderá lhe custar o impeachment.

A descoberta feita pela Polícia Federal de uma conta fantasma no Citibank de Salvador, em julho de 1990, com um cheque de Cr\$ 18,3 milhões, emitido pela TV Bahia, empresa de propriedade de familiares do então candidato Antonio Carlos Magalhães, pode ser a prova do seu envolvimento com o esquema fantasmagórico e explicar porque o astuto governador ficou até o fim sustentando a quadrilha da Casa da Dinda.

A conta aberta em nome do casal de cacauicultores fantasmas, Hugo Tavares Freire Filho e Heloisa Góis Freire, movimentou em sete meses US\$ 4,8 milhões e mais 200 cheques passaram por ela, entre os quais, cheques das construtoras Odebrecht e Sérvia, viação Novo Horizonte, Grupo Chaves, entre outros. A suspeita da existência desses novos fantasmas por parte da PF se deu a partir da descoberta de volumosos depósitos feitos em uma outra conta fantasma, registrada nos nomes de Carlos Pimentel e Carlos Santos, no Banco Mercantil de Crédito (BMC).

Apuração

Na Câmara Federal o deputado Haroldo Lima (PCdoB), cobrou da Polícia Federal rigorosa apuração do envolvimento da TV Bahia e do Governador com a conta fantasma. Haroldo citou o fato de o gerente para as contas de pessoas físicas do Citibank, Renato



Toninho Malvadeza resiste às investigações

Angelo Pereira Torinho, ser irmão do diretor comercial da TV Bahia, Rodolfo Tourinho, ambos primos do secretário da Fazenda, também Rodolfo Tourinho.

Além disso, Haroldo chamou a atenção para o envolvimento de um afilhado de casamento de ACM, Cláudio Chagas Freitas, filho do ex-governador do Rio, Chagas Freitas, que foi indicado pelo então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, para o cargo de diretor da Embratel e que também operou com a conta fantasma do Citibank de Salvador. Para Haroldo, é preciso desvendar a triangulação existente na movimentação feita pelo dono da Intertv, Cláudio Chagas Freitas e a Construtora Odebrecht. O dinheiro saía da construtora, ia para a conta de um fantasma no BMC e em seguida para a conta da Intertv, para ao final ser depositada na conta do Citibank.

Por isso, Haroldo está propondo a formação de uma comissão mista de deputados federais e estaduais para acompanhar as apurações, cobrar da Polícia Federal as investigações que acharem convenientes e divulgar para a população. Com a mesma intenção, o vereador comunista Javier Alfaya apresentou um requerimento na Câmara Municipal de Salvador, aprovado por unanimidade, criando uma Comissão Especial Externa para acompanhar e participar de atividades e iniciativas políticas ou administrativas do interesse da cidade, entre elas o caso ACM. Essa comissão é prevista no Regimento Interno da Câmara.

Maus lençóis

O cerco contra o governador Antonio Carlos Magalhães aumenta a cada dia e as evidências de seu envolvimento com a conta fantasma e com o esquema Collor/PC Farias é cada vez maior. Inicialmente, o governador da Bahia negou a existência do cheque da TV Bahia, de Cr\$ 18,6 milhões, que abriu a conta no Citibank, após ter dito que determinou que fosse uma auditoria na TV. Essa foi a sua primeira pisada na bola. Como poderia o governador determinar que fosse feita uma auditoria numa empresa que ele insiste em dizer que não é sua?

A jogada de ACM não deu certo. A PF afirma que tem em mãos cópias de todos os cheques que foram depositados na conta fantasma, entre os quais está o cheque emitido pela TV

Bahia e depósitos no valor de mais de US\$ 1 milhão da construtora Odebrecht. Além disso, o empresário theles Sarmento, dono da construtora Sérvia, confirmou ter contribuído com 500 mil dólares para campanhas eleitorais.

O avanço das investigações foram deixando ACM irritado e ele passou a pôr em prática o velho estilo truculento que lhe valeu o conhecido apelido de Toninho Malvadeza. Se irritou com o repórter da Folha de São Paulo, fez ameaças e disse que no fim iria se dar muito bem, enquanto o repórter iria se dar mal. Na Assembléia Legislativa, radicalizou suas posições, impedindo a instalação da CPI através da sua tropa de choque de deputados. Além disso, o Sindicato dos Bancários teve sua sede invadida por duas vezes por cinco homens armados com metralhadoras para arrancar faixas que exigiam a formação da CPI e uma rigorosa apuração.

Agora, surge mais um fato comprometedor. Para completar a história que ainda não chegou ao fim, descobriu-se que ACM não entregou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a prestação de contas da chapa majoritária da coligação "Vamos salvar a Bahia", pela qual foi candidato a governador, acompanhado pelo vice Paulo Souto e pelo senador Josaphat Marinho. Esse será mais um capítulo da novela que a sua TV Bahia, filiada à Rede Globo não está transmitindo, mas que o TRE, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça terão que se pronunciar para que o processo de Collor e PC Farias seja levado até o fim. É isso que o povo quer e a nação exige.

Metroviários vencem em SP

Mostrando a força da categoria, os metroviários de São Paulo obtiveram vitória na negociação salarial deste ano, após uma greve de advertência de 15 minutos, que parou o metrô paulistano. O presidente do sindicato, Wagner Gomes, considerou que "o governo reconheceu o poder de mobilização da categoria, que poderia parar o metrô." Os salários da categoria serão reajustados em 92% (84% de reposição e 4% de produtividade) em junho. Também foi conquistada uma política de reajuste mensal equivalente a 70% da inflação, sendo que a diferença será reposta a cada quatro meses. A atual escala de trabalho com quatro turnos de oito horas foi mantida. O percentual do adicional noturno ficou nos mesmos 20%, mas agora os cálculos serão feitos sobre o salário-base, não mais pelas horas trabalhadas.

Os únicos pontos considerados insatisfatórios por Gomes estão relacionados com o plano de carreira, que o governo promete estudar. É também a questão da terceirização da companhia que mantém o número de funcionários do metrô em nove mil há dez anos.

Diretoria renovada

Realizou-se de 26 a 30 de abril a eleição que renovou a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo. O pleito foi marcado por intensa disputa entre três chapas. A chapa 1, da CUT, foi criada a partir de uma convenção feita em fevereiro, após o IV Congresso do sindicato. Participaram da convenção a CSC, Articulação, O Trabalho e setores independentes na CUT. A Convergência Socialista não quis participar do processo, retirando-se da convenção e formando a chapa 3. A Força Sindical montou a chapa 2 para tentar derrotar a CUT.

Alice Vicente foi eleita presidente. A CSC ampliou o seu número de diretores para 20, sendo seis na executiva. A importância da vitória da chapa 1 é grande porque a administração municipal tem à frente Paulo Maluf, velho inimigo do movimento popular e sindical.

Defesa da Enasa

Em função da luta dos trabalhadores de vários sindicatos da área de transporte marítimo e fluvial deu-se um passo importante para reverter a tentativa de liquidação da Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa). Por iniciativa da deputada Socorro Gomes houve audiência com a ministra Luiza Erundina, à qual compareceram também o senador Almir Gabriel, o secretário de Transporte do Pará, o presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Marítimo e Fluvial do Pará e Amapá, uma representante das comunidades ribeirinhas atendidas pela empresa, entre outros. Erundina garantiu seu apoio político para suspender a liquidação e demonstrou simpatia pela idéia de estadualização da Enasa, com administração tripartite entre governos federal e estadual e trabalhadores.

Visita de cubanos

Uma delegação de deputados cubanos esteve em São Paulo no início de maio. Por solicitação do deputado Jamil Murad, PCdoB, a Assembléia Legislativa do Estado realizou uma sessão solene para recebê-los. Na ocasião, diversos deputados paulistas, de diferentes partidos, se pronunciaram contra o bloqueio econômico a Cuba. Um dos deputados cubanos participou da comemoração do 1º de maio em São Bernardo do Campo.

MOVIMENTOS

Privatização põe trabalhadores na rua

ALTAMIRO BORGES

No último dia 4, cerca de 5 mil trabalhadores da Sabesp (Companhia Estadual de Saneamento Básico), Metrô, CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) e do setor de saúde realizaram uma vibrante passeata pelas ruas centrais da capital paulista. A manifestação, considerada uma das maiores dos últimos tempos, foi em defesa do reajuste mensal de salários e contra as privatizações, luta essa que finalmente começa a ganhar corpo.

Apesar da brutal manipulação da mídia eletrônica, a passeata despertou simpatia da população, que jogou papel picado dos prédios e engrossou o movimento. A Corrente Sindical Classista (CSC), que detém posições de destaque na direção dos quatro sindicatos envolvidos no protesto, saiu reforçada do evento. Dirigentes de outras tendências cutistas se surpreenderam com a iniciativa.

Ofensiva privatista

A positiva resposta dos trabalhadores, que atenderam ao chamado das suas entidades de classe, tem explicação. Ocorre que o ritmo da privatização das estatais vem sendo acelerado pelos governos. Apesar do projeto neoliberal ter sofrido arranhões no processo de impeachment de Collor, as classes dominantes não o abandonaram e procuram implementá-lo agora com maior vigor e novos mecanismos.

Um dos objetivos explícitos do neoliberalismo é o tal "Estado mínimo", com a entrega das estatais e a redução dos investimentos públicos nos serviços essenciais.



5 mil nas ruas por reajuste mensal e contra as privatizações em S. P.

No caso de São Paulo, tanto o prefeito da capital como o governador estão comprometidos até a medula com este objetivo.

No afã de conquistar o apoio da grande burguesia, Maluf nem sequer maqueia seus intentos sinistros. Faz questão de dizer que demitirá mais de 26 mil funcionários da CMTC e que está será engolida pelas 14 empresas privadas do setor de transportes. Já o governador Luiz Antonio Fleury é mais cauteloso. A privatização das empresas estaduais tem se dado via terceirização.

Exemplo da Sabesp

Sua estratégia fica bastante clara no caso da Sabesp. Considerada uma das melhores empresas do ramo a nível inter-

nacional, esta empresa vem sendo entregue às empreiteiras em doses homeopáticas. O governo reduziu os investimentos na companhia, utilizando a tática de suacitar para privatizar. O próprio quadro de funcionários não tem sido renovado.

Os efeitos deste mecanismo de privatização são nefastos. Os trabalhadores das empreiteiras são tratados como escravos. Realizando as mesmas operações, recebem cerca de um terço do salário dos funcionários da Sabesp. Vários benefícios sociais não são garantidos e o vale-refeição é, em média, de apenas Cr\$ 30 mil - o que não dá nem para o café da manhã.

Para reduzir os custos operacionais, garantindo maiores lucros, estas empreiteiras não investem na estrutura de segurança - apesar do acordo com a Sabesp exigir, por exemplo, o escoramento das valas e a concessão de equipamentos de proteção. Exatamente por isso, elas são recordistas em acidentes de trabalho, muitos deles fatais.

Já no que se refere aos 20 mil funcionários da Sabesp, a invasão das empreiteiras gera um clima de permanente instabilidade. A ameaça do desemprego faz

parte do cotidiano destes trabalhadores. Além disso, setores da hierarquia da Sabesp fazem o papel de testas de ferro das empreiteiras, utilizando os trabalhadores da estatal como empregados das empresas privadas.

Serviços deteriorados

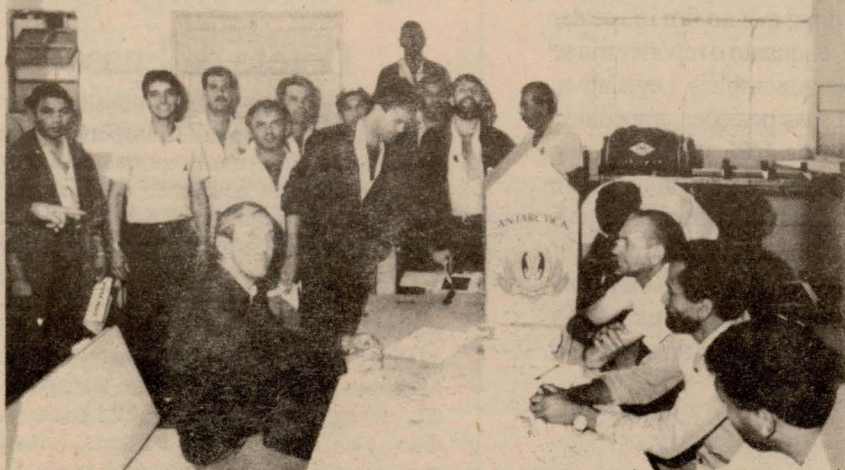
Outro reflexo perverso da terceirização é a piora dos serviços prestados à população. E isto no momento em que o cólera chega a São Paulo e tem como alavanca a situação precária do saneamento básico. As empreiteiras não tem qualquer compromisso social. Elas não cumprem os rígidos critérios exigidos no setor. O seu corpo funcional, além de ganhar mal, não recebe o treinamento necessário.

Como consequência da invasão das empreiteiras, nos últimos anos tem ocorrido uma visível deterioração dos serviços. Isto fica patente nas enormes filas de reclamação nas agências de atendimento ao público da Sabesp. São quase sete mil queixas por mês, de moradores que tiveram suas contas superfaturadas ou que não têm a manutenção das redes de água e esgoto.

Para desmascarar de vez o discurso privatista, recentemente ficou comprovado que as empreiteiras estão fraudando as concorrências públicas. Num jogo de cartas marcadas, elas sorteiam previamente as "vencedoras" e definem os preços das obras - sempre superestimados. Neste assalto aos cofres do Estado, elas contam com a ajuda de diretores da própria Sabesp e de "autoridades" do governo estadual.

Todos esses fatores, que também se manifestam nas outras empresas estaduais, é que explicam a revolta dos trabalhadores contra a privatização. Eles vão às ruas em defesa dos seus empregos e das conquistas sociais, contra a escravidão das empreiteiras e a deterioração dos serviços e em protesto contra a má utilização do dinheiro público. Dão uma marca classista à luta contra a privatização.

97% de trabalhadores contra a privatização



Os trabalhadores disseram não para a privatização da CMTC

O Sindicato dos Condutores de São Paulo apurou um resultado de rara contundência no plebiscito que promoveu dia 6 de maio, entre os 26 mil trabalhadores da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, sobre a privatização da empresa. Compareceram às urnas 13.345 eleitores - maioria absoluta. E o resultado não deixa sombra dúvida: 57 votos nulos e em branco; 258 favoráveis à privatização; e 13.030 contra, correspondendo a 97,64% do total.

O resultado foi comemorado na plenária do Movimento em Defesa da CMTC e do Transporte Público Contra a Privatização e o Desmanche, que reuniu-se pela primeira vez no mesmo dia. Ele fornece um sólido ponto de partida para o que pode vir a ser a primeira grande colisão entre o prefeito da capital paulista, Paulo Maluf, e a grande massa popular que, verdade seja dita, malufou maciçamente na eleição do ano passado.

Lições da luta operária

Era esse o título da coluna assinada por Rogério Lustosa, dirigente comunista, uma vida que pulsava talento e bravura. Rogério, que manejava bem as lições do mestre Lênin.

Da pena de Lênin, brilhante estrategista, aprendemos que é bem mais fácil ser revolucionário nos momentos das crises revolucionárias, nos períodos de ascenso como se diz. Ao contrário, lembrava o bolchevique, em tempos difíceis os lutadores (e sua política) são postos às provas impostas pela burguesia e a reação.

Agora mesmo, nessa fase de resistência ao ajuste burguês neoliberal, o movimento operário e sindical se encontra sabotado pelo maléfico Medeiros, assim como por uma série de condições de oportunismo emboscado no campo progressista dentro da CUT.

Por isso, torna-se divisor de águas a mobilização nas barricadas do sindicalismo classista; o exemplo prático dos combatentes de vanguarda; a rebelião - examinando em detalhes o quadro de forças - contra os choramingas pequeno-burgueses que se acovardam diante da luta.

A recente mobilização dos sindicatos dos Metroviários e Sabesp/Cetesb é um vivo exemplo de vigorosa iniciativa classista. Com o registro absolutamente indispensável de que Wagner (presidente dos Metroviários) e Nivaldo (presidente do Sintaema) são dirigentes do PCdoB e membros da Coordenação Nacional da CSC. Que deram lição a ser seguida.

Maurício Barbosa da Executiva Nacional da CUT e Coordenador Nacional da CSC

Suelli Dantas

Suelli Dantas

INTERNACIONAL

Projeto neoliberal arrasa o México

DILERMANDO TONI

Na primeira semana de maio esteve em visita ao Brasil o deputado Juan Campos Vega, juntamente com uma delegação mexicana que veio participar de um encontro de parlamentares latinos e europeus realizado em São Paulo. Juan Campos é membro do Comitê Central do Partido Popular Socialista, deputado federal pela região de Yucatán, sudeste mexicano. Ele já havia estado entre nós como representante de seu partido no 8º Congresso do PCdoB. Desta vez concedeu uma longa entrevista à Classe Operária.

Classe - O México tem sido apresentado como um modelo para os demais países da América Latina. Um país onde o neoliberalismo teria dado certo. No entanto teve um déficit no balanço de pagamentos de US\$ 20 bilhões em 92. Como explicar isso?

Juan Campos - Há uma política do governo que consiste na "modernização" da indústria, isto com vistas a preparar o México para entrar no NAFTA*, e isto obrigou às empresas mexicanas que querem competir com as norte-americanas e canadenses a fazer um volume alto de importação de maquinário e de peças de reposição. Na fronteira há as indústrias que nós conhecemos como "maquiladoras", em número cada dia maior, que empregam milhares de trabalhadores mexicanos, cujos produtos não contém mais que 4% de materiais produzidos no México. As peças vêm dos EUA, são montadas no México e o produto final volta para os EUA.

Classe - Aproveitando a mão-de-obra barata?

Juan Campos - Exatamente. Os trabalhadores mexicanos sem documentos que conseguem ultrapassar a fronteira americana, obtêm um salário de 5 a 6 dólares a hora. Os norte-americanos ganham de 8 a 14 dólares por hora. No México o trabalhador ganha 0,5 dólar por hora. É por isso que as "maquiladoras" se multiplicam.

Classe - E como é que se conseguiu baixar a inflação no México?

Juan Campos - As custas dos baixos salários dos trabalhadores, que não pode aumentar. E os preços vão se adequando segundo o que eles chamam de "realismo econômico". Desde 1982 que se adota a política dos pactos; de "estabilidade e crescimento econômico", de "solidariedade", etc. São firmados pelos empresários e pelos líderes dos sindicatos de trabalhadores, o governo participa como observador, aparentemente neutro. Os trabalhadores de base não são consultados. Esses pactos impõem muitos compromissos e sacrifícios aos trabalhadores, o que não ocorre com os empresários. Desde 1976 até hoje os salários dos trabalhadores perderam 70% de seu poder aquisitivo. Atualmente o trabalhador que ganha 3 salários-mínimos recebe o mesmo que o trabalhador que em 1976 ganhava um salário-mínimo. E nada menos que 86% dos trabalhadores mexicanos ganham de três salários-mínimos para



O deputado mexicano Juan Campos falou da realidade de seu país

baixo.

Classe - Esse é então o resultado do "ajuste" no México?

Juan Campos - O "ajuste" gerou pobreza e miséria, que é o que vem acontecendo em todo o nosso continente. O México tem 95 milhões de habitantes e desses, 36 milhões vivem na pobreza. Foi assim que se conteve a inflação, às custas dos trabalhadores.

Classe - Em relação ao NAFTA, em que pé estão as negociações?

Juan Campos - O NAFTA é um projeto a serviço dos interesses dos EUA, para que eles possam competir em condições menos desvantajosas frente à CEE e ao Japão. Não é fruto de nossas necessidades; por isso, nós rejeitamos esse projeto de integração que começou como um tratado de livre circulação de mercadorias, que inclui também outros elementos como a livre circulação de capitais mas não a livre circulação de trabalhadores. Os mexicanos não vão poder trabalhar nos EUA por esse tratado. Há que se considerar que as diferenças entre os países do NAFTA são muito grandes. O PIB do México é 20 vezes menor que o dos EUA. Então, será uma associação entre dois países que não vão competir e sim complementar-se. Os EUA vão entrar com capitais e tecnologia e nós vamos entrar com a mão-de-obra e com recursos naturais. As indústrias que virão para o México vão destinar sua produção para exportação porque o mercado interno mexicano está condicionado pelo baixo poder aquisitivo dos trabalhadores. Tudo para a exportação e não para resolver os problemas da população. Isto é o projeto neoliberal, que vai arrasando o país.

Resumindo: mais dependência, exploração de nossa mão-de-obra barata, não transferência de tecnologia, desemprego, crescimento da "economia informal". Es-

ses efeitos já se fazem sentir mesmo antes do NAFTA entrar em vigor, o que está previsto para 94, se os parlamentos ratificarem o tratado.

Classe - O processo de privatizações no México está bastante avançado, não é mesmo?

Juan Campos - No nosso país havia um forte setor da economia nas mãos do estado. Havia 1155 empresas controladas pelo governo e eram empresas que estavam vinculadas a ramos fundamentais da economia como o petróleo, a eletricidade, a telefonia, a aviação, siderúrgicas, fertilizantes, bancos, etc. O processo de privatização vem de 1982 com o governo de Miguel de La Madrid que começou a implantar o projeto neoliberal. Era a tese do estado obeso, do estado elefante, sem agilidade que precisava ser reformulado.

Classe - Por onde eles começaram?

Juan Campos - Inicialmente eles disseram que iriam vender as empresas que não eram eficientes, que não davam lucros e que não eram importantes. Foram avançando por aí. Hoje restam poucas empresas nas mãos do governo. Mas considero fundamental destacar que mesmo as empresas que a Constituição considera como estratégicas e que por isso deveriam permanecer como propriedade estatal exclusiva - petróleo, ferrovias, correios, eletricidade e outras - com o NAFTA e as pressões do governo norte-americano foram privatizadas em grande parte. Não se modificou a Constituição, o estado mantém formalmente e o controle desses ramos. Mas na prática a Constituição foi sendo violada.

Classe - Explique melhor como isso acontece.

Juan Campos - Na indústria petroquímica, por exemplo, que é a mais lucrativa do ramo do petróleo, no início havia uma lista de 70 produtos que deveriam permanecer nas mãos do estado; essa lista foi reduzida para 35 depois a 17 e hoje são apenas 8 produtos. Assim a petroquímica passou para o controle do capital estrangeiro. O mesmo ocorre com a eletricidade que pela Constituição deve ser gerada, transportada e distribuída pelo estado. No NAFTA há uma figura nova que se chama "produtor independente" que agora pode produzir energia elétrica e vendê-la à companhia estatal. Mas o mais grave é que o NAFTA considera "nacional" os investidores dos três países; então os capitalistas estrangeiros poderão vir ao México, aproveitar nossos recursos, produzir energia elétrica e vendê-la à companhia estatal. Do

complexo ferroviário só nos restaram as vias. Todo o restante do equipamento está nas mãos dos norte-americanos. São mecanismos que burlam totalmente a Constituição. Nosso partido se opôs a tudo isso mas o governo agiu com habilidade, criou inclusive um projeto social que seria o beneficiário da venda das estatais o Programa Nacional de Solidariedade - Pronasol - com o lema "Unidos para Progredir", com ampla difusão pela imprensa. Com tudo isso conseguiram enganar a população quanto ao programa de privatizações e a reação popular foi pequena.

Classe - Quais os resultados concretos para economia mexicana?

Juan Campos - Em 1991 quase tudo o que obteve com a venda das estatais foi destinado ao pagamento dos juros da dívida externa e só uns 15% foi revertido para o Pronasol. E o governo já vendeu quase tudo o que tinha e os problemas continuam, não se gerou um crescimento importante da economia, as taxas são baixas. O ano passado foi de 2,8% e a tendência é para a queda. O projeto já mostrou sua ineficácia e ocasionou um grande dano ao povo trabalhador.

Classe - Como está a cena política mexicana?

Juan Campos - Teremos eleições presidenciais em agosto do ano que vem, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) se encontra no poder desde 1929, são quase 65 anos. E o grupo governante neoliberal já lançou uns três ou quatro candidatos. Nós não aceitamos o projeto que eles defendem e procuramos uma alternativa diferente. Há uma outra força política, o Partido da Revolução Democrática (PRD), que é uma soma de muitas correntes, uma parte veio do PRI, aí estão também os integrantes do antigo Partido Comunista que se dissolveu, grupos de origem trotsquista e setores de intelectuais. Em 1988 nós do Partido Popular Socialista e mais outros partidos nos coligamos com o PRD e obtivemos a maioria no processo eleitoral, mas a fraude eleitoral, que é um problema gravíssimo no México, nos tirou a vitória. Atualmente o PRD se volta mais para uma aliança com o partido da direita, o PAN (Partido de Ação Nacional).

Classe - E o sistema eleitoral mexicano?

Juan Campos - Nós temos um sistema misto. 300 deputados são eleitos pelo voto distrital por um igual número de distritos e 200 deputados eleitos pelo sistema de representação proporcionem por 5 regiões em que se divide o país. Cada uma elege 40 deputados. Nosso caminho é quase que o inverso do que está acontecendo no Brasil. No México até algum tempo só havia distritos, conseguimos já alguma representação proporcional. O sistema de maioria (distrital) é muito ruim porque só fortalece os grandes partidos da burguesia. Todos os 12 deputados de meu partido foram eleitos nas regiões, pelo voto proporcional. Os distritos foram concebidos de uma forma que os grandes partidos têm o controle. É um só voto por eleitor, que conta para o distrital e o proporcional. Os votos de uma região se somam e se dividem proporcionalmente. O PRI tem atualmente 320 deputados, uma maioria absoluta. Nós lutamos para que seja aplicado o princípio da representação proporcional integral para a composição da Câmara dos Deputados.

* NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte. Envolve os EUA, o Canadá e o México. Vem sendo trabalhado por iniciativa dos EUA. É como se fosse o primeiro passo para a grande zona de livre comércio que os EUA pretendem criar, sob sua liderança, com o Brasil e a Argentina. O tratado está em fase de aprovação pelos parlamentos dos três países. Não haverá consulta popular. Por ele os EUA se protegem e, ao mesmo tempo, acabam com a soberania dos demais países americanos.

PPS não abandonou os princípios

O Partido Popular Socialista foi fundado no ano de 1948, não como um partido marxista-leninista e sim como um partido anti-imperialista, democrático e progressista. Naquela época e durante algum tempo havia diversas correntes em seu seio. O grupo dirigente à frente do qual estava o líder operário Vicente Lombardo Toledano tinha uma concepção marxista e num processo dentro do partido, 12 anos mais tarde, em 1960, num de seus congressos, o partido se definiu como marxista-leninista. A princípio o nome era Partido

Popular e nessa ocasião passou a se chamar Partido Popular Socialista. O partido tem atualmente 12 deputados estaduais nos 32 estados mexicanos.

Com a derrocada do campo socialista o Partido Popular Socialista não abandonou os princípios do marxismo-leninismo e luta para adequar suas formas de funcionamento e seu programa colocando-os em consonância com a nova realidade internacional e mexicana. Em princípios do ano que vem realizará um novo congresso.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação

INTERNACIONAL

Insólita resolução do Conselho da ONU

No último dia 11, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma insólita resolução proclamando o governo da República Popular Democrática da Coreia a reconsiderar sua decisão de abandonar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. A Coreia do Norte retirou-se desse tratado em março último em represália às tentativas da Agência Internacional de Energia Atômica de fazer em seu território uma "inspiração especial", e ao clima de guerra nuclear criado na Península Coreana pelos Estados Unidos e a Coreia do Sul.

O governo da RPD da Coreia reagiu energicamente à resolução da ONU, argumentando que ingressar num Tratado internacional ou retirar-se dele é um problema que diz respeito à soberania de cada país. Em pronunciamento oficial, o porta-voz norte-coreano do Ministério das Relações Exteriores declarou ainda que os Estados Unidos são os fatores do problema nuclear na Península Coreana e também quem tomou a iniciativa de adotar a presente resolução.

Ação repressiva

O dirigente do Partido Comunista dos Operários da Rússia e líder do movimento Rússia dos Trabalhadores, Vítor Ampílov, denunciou que após ter sido interrogado pela promotoria de Moscou sobre os incidentes do 1º de maio, foi sequestrado e torturado por uma estrutura paralela dos serviços de segurança.

A ação repressiva contra o líder comunista, em seguida à brutal pancadaria promovida pela polícia de Bóris Yeltsin, mostram o nível de radicalização a que está chegando a atividade anticomunista, e antidemocrática do governo reacionário e antiimperialista da Rússia. E mais um sinal da radicalização da luta política naquele país.

Vítor Ampílov visitou o Brasil no ano passado, a convite do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Comunista (PC). Tornou-se conhecido dos ativistas sindicais, estudantis, intelectuais e políticos de vários partidos, através de inúmeras palestras, colóquios e entrevistas que fez em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. A repressão de que foi vítima merece a condenação dos revolucionários brasileiros, solidários com a luta dos trabalhadores russos e dos comunistas para organizar a resistência contra o governo burguês de Yeltsin.

Lixo tóxico na Albânia

A Albânia, há bem pouco tempo um país revolucionário e socialista, onde apesar das dificuldades, o povo tinha uma vida digna, está se transformando não só num reduto do anticomunismo, como também da máfia, do tráfico internacional de drogas e agora, segundo denúncias publicadas no Jornal do Brasil, no mais novo depósito de lixo tóxico da Europa. A denúncia revela que no ano passado a empresa norte-americana Safra Group Recipien se dispôs a investir US\$550 milhões na Albânia com a finalidade de constituir uma usina termoeletrica capaz de queimar 850 mil toneladas de detritos altamente tóxicos por ano. Também a empresa alemã Schmitt Crétan anunciou que vai doar, como "ajuda à agricultura albanesa", 460 toneladas de resíduos tóxicos, compostos basicamente de dioxinas, substâncias cancerígenas. A organização ecologista Greenpeace denunciou que "a Albânia corre hoje o risco de se transformar num gigantesco depósito de lixo dos países ricos, seguindo as pegadas da Polônia e da Romênia".



Impasse na ex-Iugoslávia

JOSÉ REINALDO CARVALHO
membro do C.C. do PC do B

O conflito militar no território da Bósnia-Herzegovina, uma das seis ex-Repúblicas da antiga Iugoslávia Federativa, agravou-se nos últimos dias com as hostilidades entre croatas e muçulmanos, até há pouco aliados na luta contra os sérvios. Tudo indica que o impasse será aprofundado com a previsível recusa dos sérvios da Bósnia, através de plebiscito programado para domingo, dia 15, ao plano de paz conjunta da Comunidade Européia e das Nações Unidas, conhecido como "plano Owen-Vance".

Nada de acordo

Entre os círculos imperialistas, Estados Unidos e Comunidade Européia, não chegam a um acordo sobre o que fazer. A Comunidade Européia, sobretudo a Alemanha, que insuflou até onde pôde a desagregação do Estado Federativo da ex-Iugoslávia, hoje reduzida apenas à Sérvia e a Montenegro, ainda aposta na aplicação do plano Owen - Vance. Na opinião de David Owen, negociador da Comunidade Européia no conflito, "a estratégia básica ainda tem de ser a obtenção de um acordo negociado". Já os Estados Unidos, certos de que o plano Owen - Vance será rejeitado pelos sérvios da Bósnia, o que significa sua inviabilização, estudam a hipótese da intervenção militar direta, através de bombardeios aéreos. Entretanto portavozes credenciados da Casa Branca e o próprio presidente Clinton não escondem que estão "em compasso de espera", deixando entrever que a intervenção militar direta é uma questão de "timing". Na medida do possível, apostam na possibilidade de agir conjuntamente com os países da Comunidade Européia e neutralizar eventuais reações da Rússia, secular aliada dos Sérvios e propulsora do chauvinismo grão-sérvio.

Embora as possibilidades de solução negociada para o conflito sejam cada vez mais reduzidas, tanto os imperialistas norte-americanos como os europeus sabem que uma ação militar direta não se restringiria apenas à Bósnia. Como rastilho de pólvora, o conflito se estenderia em primeiro plano a todas as repúblicas da ex-Iugoslávia (Croácia, Eslovênia,

Macedônia, Montenegro e Sérvia) e logo à totalidade da região balcânica, envolvendo diretamente Grécia, Turquia e Albânia. Pode-se imaginar o que significaria na conflagração bélica de grandes proporções numa das regiões mais sensíveis da Europa e do mundo....

O plano Owen-Vance não resolverá o problema nacional e étnico da Bósnia nem garantirá paz na região. O plano consiste na partilha da Bósnia em 10 províncias, correspondendo grosso modo a uma divisão do país entre províncias croatas, províncias sérvias e províncias muçulmanas. Na verdade seriam criados, enclaves nacionais e étnicos, consumando a liquidação da Bósnia Herzegovina. É evidente que isto serviria de base para alimentar a posteriori os apetites expansionistas das potências imperialistas interessados no domínio dessa região estratégica.

O atual conflito é resultado da rivalidade servo-croata, de caráter chauvinista, e do seu aproveitamento pelas potências imperialistas em função de seus interesses estratégicos.

Mosaico de conflitos

A antiga Iugoslávia Federativa era um mosaico de etnias e nacionalidades. Depois da Segunda Guerra Mundial, sob o comando do Marechal Tito, formou-se um país multinacional e multiétnico composto por seis repúblicas (Sérvia, Croácia, Macedônia, Montenegro, Eslovênia e Bósnia-Herzegovina) e duas regiões autônomas pertencentes à Sérvia (Kosovo e Voivodina).

Criada depois da vitória na guerra mundial contra o nazi-fascismo e proclamada como República Federativa Socialista sob a direção dos comunistas, abriu-se a perspectiva de convivência harmônica e pacífica entre essas nacionalidades e etnias.

Contudo a adoção por Tito de uma linha política oportunista e anti-socialista ainda na década de 50, o estímulo ao capitalismo, as ligações de dependência com o capital financeiro internacional e a criação do sistema de auto gestão, que objetivamente estimula o nacionalismo e o chauvinismo, foram pontos de partida minando as bases do Estado multinacional e fragilizando a Iugoslávia Federativa. Enquanto perdurou uma conjuntura internacional de equilíbrio estratégico de

forças e internamente a autoridade de Tito, ainda que com uma orientação revisionista, desempenhava um papel unificador, mantendo o equilíbrio entre as repúblicas sobretudo entre as maiores rivais - Croácia e Sérvia -, a Iugoslávia pôde manter-se. Alterado esse quadro e desaparecido Tito, a Iugoslávia se desagregou. Dela restam apenas a Sérvia e Montenegro. As demais repúblicas, hegemônicas por forças nacionalistas de direita e ligadas a diferentes potências imperialistas, proclamaram sua independência e separação. Nesse quadro, voltou à tona com inaudita força o chauvinismo grão-Sérvio. Sob o comando do ultranacionalista Slobodan Milosevic, resurgiu o sonho de construir a "grande Sérvia", o que, do seu ponto de vista, implica a criação de um Estado reacionário, militarizado, e a limpeza étnica da Bósnia e do Kosovo.

Objetivo semelhante é proclamado pelos Croatas, que depois da separação criaram um Estado autoritário e até parafascista. Sob a bandeira de construir um "Estado somente para os Croatas", estes também se lançam na ignóbil empreitada da limpeza étnica. Não é de estranhar, portanto, que seja a Alemanha a principal aliada européia da Croácia.

Todos os elementos presentes no quadro do conflito da ex-Iugoslávia indicam tratar-se de uma guerra injusta, onde cada lado é insuflado por interesses expansionistas e imperialistas.

Interesses estratégicos

Aceitar o plano Owen-Vance é legitimizar a política de criação de enclaves e seguir a reboque dos interesses estratégicos do imperialismo europeu. Calar-se diante da eventual agressão norte-americana, seja isoladamente, seja através de ação conjunta com os aliados e a ONU, é curvar-se ante a violência desenfreada característica da "nova ordem". O morticínio hediondo promovido por sérvios e croatas na Bósnia, em Kosovo e em outros territórios da ex-Iugoslávia Federativa somente será contido quando desparecerem e se impuserem forças políticas que resultadas no justificado direito de autodeterminação nacional, apontem uma perspectiva revolucionária, socialista e internacionalista, para os povos da ex-República Federativa da Iugoslávia.

PCdoB

Veja o PCdoB na TV

No dia 3 de junho, às 20:30 horas, o PCdoB estará na TV. É o primeiro programa, exibido em horário nobre, deste ano. Devido a possibilidade de atingir milhões de pessoas, de uma só vez, a Comissão Política nacional do PCdoB pretende efetuar uma ampla divulgação do evento. Inclusive com a pretensão de afixar-se outdoors pelo país afora. Para tanto, a força da militância é fundamental, divulgando a apresentação do programa. Principalmente, levando-se em conta que a maioria das pessoas torce o nariz para programas de partidos políticos na televisão.

Em geral, os programas do PCdoB têm tentado fórmulas de exibição que não cansem o telespectador. Mas sem abrir mão do conteúdo e do debate de idéias, tão necessários para o desenvolvimento do país. Tal-

vez por isso, as forças conservadoras uniram-se numa campanha sistemática pela extinção do horário gratuito, destinado aos partidos políticos.

Os pontos de vista do PCdoB para tirar o Brasil do atoleiro em que se encontra, serão expressos com vigor nesse programa E, já com a idéia da criação de uma frente ampla, na defesa dos interesses nacionais, o programa contará com a participação de convidados de outros partidos e de representantes da sociedade civil.

Dividido em cinco blocos, o PCdoB na TV discutirá a revisão constitucional, onde os setores mais avançados da sociedade devem preparar-se para o debate com os conservadores que desejam tirar da atual Constituição todas as conquistas importantes, efetivadas a duras penas pelos setores progressistas. Também falará sobre a Lei de Patentes,

que cede aos interesses imperialistas, prejudicando o desenvolvimento nacional. Outra questão abordada será o separatismo com suas pretensões nefastas de esfacelamento do Brasil.

O PCdoB não esquece, também, de discutir a questão da devastação da Amazônia e da miséria que assola o país de norte a sul. Explicando de maneira clara e objetiva, como o projeto neoliberal do governo causa desemprego, jogando na amargura milhões de brasileiros.

Finalmente, o programa ressalta, os 71 anos de luta do PCdoB na defesa dos interesses do povo brasileiro, da soberania nacional e do progresso do país. O jovem Lindberg Farias, presidente da UNE, mostrando a fé do PCdoB na juventude.

(Marcos Ruy)

Uma revista de Princípios

Colocando-se como uma revista teórica, política e de informação, a *Princípios* apresenta em suas páginas ricos debates sobre os rumos do socialismo. Em sua edição número 29, a *Princípios*, traz matérias pertinentes, como de hábito. Há uma avaliação crítica da revisão constitucional, marcada para este ano. Entendendo a revisão como um dos temas mais relevantes do momento. Porque essa luta política entre conservadores e progressistas poderá definir o futuro do país.

Porém, dois artigos merecem maior destaque. Um deles é o de Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB. Apresentando um breve relato histórico da evolução das estratégias revolucionárias marxistas. Contextualizando e condicionando ao desenvolvimento histórico das condições de luta de classes. Para Rabelo, "tudo nasce da tendência objetiva da realidade determinada e não das vontades." Entretanto, ele ressalva que "de modo distinto do capitalismo, o socialismo necessita do fator consciente, social e político, para fazer vingar o novo sistema."



O outro artigo de relevante importância é o do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas que faz uma análise profunda das teses leninistas acerca do capitalismo de Estado, inclusive, mostrando que na Rússia, de 1917, "a idéia do capitalismo de Estado surgiu como necessidade imperiosa para vencer o atraso nas relações econômicas." Ama-

zonas conclui, ainda, que "Lênin elaborou uma teoria sobre a transição em seus primeiros passos, de valor universal, para a edificação da sociedade do futuro. Essa transição obedece a leis objetivas que se não forem compreendidas e respeitadas podem provocar o fracasso da revolução."

Com muita perspicácia, ele assevera, ainda, que "a teoria leninista da transição, rica de ensinamentos, abrange toda uma série de questões acerca da maneira de como conceber corretamente essa transição." Colocando a questão da obediência às etapas, como fator preponderante para o êxito de uma ação revolucionária. Ou seja, a revolução somente será vitoriosa se observar as condições reais, objetivas e subjetivas, para que sejam colocadas as questões certas, nas horas certas.

A revista *Princípios* pode ser encontrada na editora Anita, pelo preço de capa de Cr\$ 170.000,00. A editora Anita fica na Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP. O telefone é (011) 35-8150.

(M.R.)

Plebiscito da dívida externa

O jornalista Jefferson Barros, lançou seu quinto livro, "*O plebiscito da verdade/Dívida externa - sim ou não*", no qual propõe a realização de um plebiscito para os eleitores brasileiros decidirem se a dívida externa de quase 140 bilhões de dólares deve ser paga ou não. O autor, que se auto-define como "Marxista-leninista", não oculta seu voto neste eventual plebiscito: "o não pagamento da dívida será o caminho luminoso para o socialismo e a libertação dos trabalhadores da América Latina".

"Plebiscito da Verdade", uma publicação do Instituto Lila Ripoll, expõe, em quatro capítulos a formação e a atual situação da dívida externa, sua conexão com a dívida interna e o déficit do Governo Federal e mostra que

forças sociais estão interessadas na manutenção desta situação de "submissão de todo o produto do trabalho brasileiro à vontade da ditadura do capital financeiro internacional", como diz Jefferson.

O livro de Jefferson Barros foi lançado dia 1º de maio durante o Ato Público do dia Internacional dos Trabalhadores na Usina do Gasômetro em Porto Alegre.

O lançamento foi promovido pelo Instituto Lila Ripoll, Livraria Bolivos, Corrente Sindical Classista/CUT e Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Os interessados em conhecer a obra já podem se comunicar com a Editora Anita ou com o Diretório Regional do PCdoB do Rio Grande do Sul. (fone (051) 228-5152). (Mauro Gaglietti)

Garantir o registro, necessidade política

RONALD FREITAS
Membro do C.C. do PCdoB

A luta pela realização das convenções que garantirão a renovação do Registro Definitivo do Partido e assim sua existência legal, é parte importante da luta contra as restrições democráticas que as classes dominantes procuram impor ao país e que nos atingem de forma intensa e particular. As vezes surgem entre nós dúvidas e incompreensões a cerca da manutenção da legalidade do Partido. Na nossa história, a luta pela existência legal sempre foi um dos elementos importantes da nossa tática, e da busca de criar um Partido capaz de realizar suas tarefas históricas.

A legalização conquistada em 1985 e mantida até agora não é uma dádiva ou fruto inesperado da luta, é parte integrante de um esforço consciente e dirigido - não espontâneo - para consegui-la. Legalizar o Partido e assim mantê-lo é uma indicação da correlação de forças existentes na sociedade, é um elemento indicador do grau de democracia existente no país, e da consciência do nível da disputa partidária.

Atualmente vivemos no Brasil uma luta às vezes aberta, às vezes camuflada, para restringir as liberdades democráticas existentes. Dessa maneira as elites procuram as melhores condições de realizar reformas conservadoras que garantam seus privilégios seculares na nova situação que surge no mundo, após o desmoronamento da URSS.

Ao realizarmos a campanha das Convenções partidárias com o fito de, cumprindo exigências legais, manter o registro definitivo do Partido, junto à Justiça eleitoral, estamos realizando uma tarefa fundamental para a existência legal do Partido.

As vezes surge em nossas fileiras restrições a esse trabalho. Consideram que é burocrático e de baixa qualidade política. Que a realização das filiações partidárias necessárias para cumprir os coeficientes exigidos por lei é um trabalho que fere posições e, segundo alguns, até princípios nossos.

São opiniões e posições até compreensíveis em certas circunstâncias, mas que revelam uma visão totalmente errada da atual realidade política, e da correlação de forças existentes no país.

É necessário encarar as Convenções como uma exigência legal e uma necessidade política, e elevar essa batalha ao nível de uma importante e frutífera batalha partidária. Ao conseguirmos o registro definitivo em um Estado e realizarmos a Convenção, demonstramos objetivamente que o Partido apresenta-se com mais força na sociedade, que interiorizou-se e que mostrou uma presença política no Estado capaz de lhe dar sustentação legal. Isso companheiros, não é pouca coisa nas condições concretas do Brasil de hoje!

Por outro lado argumenta-se que a filiação em massa não traz em sua maioria, pessoas avançadas para o Partido. Isso é parcialmente certo. Em certas circunstâncias para conseguirmos os coeficientes de filiados exigidos pela lei fazemos filiações em massa que trazem no seu bojo, elementos confusos e muitas vezes fisiológicos. Mas isso não é a regra, exceção!

Consideremos que numa situação como a que atravessamos, de crise do socialismo, de descenso revolucionário, de gigantescas pressões ideológicas da burguesia sobre as idéias progressistas e as forças revolucionárias, uma pessoa que se dispõe a assinar uma ficha de inscrição do Partido Comunista, colocar nela dados pessoais e autorizar a encaminhá-la à Justiça Eleitoral, dá uma demonstração de certa compreensão política e de em certa medida apoiar os ideais comunistas e o Partido. Tensionar essas forças e realizarmos convenções vitoriosas, é uma tarefa fundamental neste momento. Estamos certos que a cumpriremos exitosamente e assim estará o Partido mais capacitado pra obter vitórias mais expressivas na sua luta por um Brasil socialista.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabos

ESPECIAL

A Classe Operária

PARÁ É RECORDISTA DE ASSASSINATOS

LUCIANA MIRANDA
de Belém

Mais uma vez o Pará confirmou sua tendência a ser o Estado com o maior número de assassinatos no campo, em virtude de conflitos fundiários. Na madrugada do último dia 2, foi assassinado no quarto de sua casa enquanto dormia, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado do Carajás, Arnaldo Delcídio Ferreira, de 47 anos de idade. Pai de nove filhos, ele atuava no movimento sindical há mais de 10 anos e já havia sido vítima de três atentados anteriores, sendo que um deles, em 1985, causou a morte da freira Adelaide Molinari, atingida por um tiro.

O madeireiro Ismael de Souza Oliveira, acusado de ser o mandante do crime, está preso em Belém. Já o pistoleiro que assassinou Arnaldo está foragido. Um dos empregados do madeireiro, Antonio do Baltazar, é apontado como o assassino do líder sindical e também teve sua prisão preventiva decretada. No entanto, a agilidade da polícia nesse caso é uma exceção.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, dos 46 assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no Brasil em 1992, 13 foram registrados no Pará.



Em uma década, mais de 500 trabalhadores foram mortos no Estado e apenas 45 processos foram instaurados. Destes, somente o advogado James Vita Lopes foi a julgamento há cerca de cinco meses.

Condenado a 21 anos de prisão, Vita Lopes foi julgado por ter intermediado a contratação dos pistoleiros que executaram o ex-deputado, advogado de posseiros e dirigente do PC do B Paulo Sérgio Fonteles de Lima, assassinado em 11 de junho de 1987.

O então advogado de James Vita Lopes, Djalma Farias, recorreu da sentença e um novo julgamento foi marcado para o dia 14 de maio.

A juíza Maria Soares Palheta, da Comarca de Ananindeua, a 25 quilômetros de Belém, responsável pelo novo julgamento está ameaçada de morte e é obrigada a andar com seguranças. "Não vejo a hora de me livrar disto", diz a juíza. Há três meses, ela endossou a condenação do tribunal do júri que fixou, por 6 votos a 1, a pena em 21 anos. O artigo 607 do Código Penal garante ao acusado direito de recorrer a um novo júri se a pena for superior a 20 anos. "Naquela hora esse artigo nem me passou pela cabeça", conta a juíza.

O julgamento do dia 14 (após o fechamento desta edição) será realizado em um ginásio de esportes, com a presença ostensiva de policiais. Na acusação, atuarão os advogados Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da OAB, e Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-vice-prefeito de São Paulo.

Pouco antes de ser assassinado, Fonteles, que era um ativo militante do PCdoB, atuou como advogado de posseiros em dois graves conflitos de terra em Xinguara, nas fazendas Marajoara e Canaã.

Lista extensa

Paulo Fonteles, Arnaldo Decílio Ferreira, João Canuto, José e Paulo Canuto e João Batista, são nomes que se somam a uma lista assustadora e que espelha a necessidade de uma reforma agrária urgente no país.

Durante o governo Collor houve apenas uma desapropriação na Fazenda Ipiranga, no município de Marabá(PA). A promessa de 20 mil assentamentos em todo o Brasil, feita pelo governo Itamar Franco, apesar de significar um número inexpressivo frente às necessidades do país, já provocou o ressurgimento da UDR e de seus métodos violentos.

O deputado do PCdoB, Neuton Miranda, tem denunciado constantemente os crimes contra trabalhadores rurais no Estado e vem mobilizando os políticos para que acompanhem os julgamentos dos pistoleiros e dos mandantes dos assassinatos.

Um mês após o segundo julgamento de James Vita Lopes, será a vez do fazendeiro Gerônimo Alves Amorim enfrentar o júri em Rio Maria(PA), ele é acusado de ser o mandante do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, morto em 12 de fevereiro de 1991.

Mais uma vez a sociedade vai ter que gritar por justiça, se quiser que ela seja feita.



CDM

Centro de Documentação e Memória
O dirigente comunista Paulo Fonteles no dia em
Fundação Matúrcio Grabis
que foi assassinado com três tiros na cabeça.

A justiça de Belém julga pela 2ª vez o seu assassino